



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

CATALINE ALVES BRANDÃO

**ENTRE O SONHO E A REALIDADE: IMPLANTAÇÃO E RECEPÇÃO DA LUZ
ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS (1920-1940)**

CAMPINA GRANDE-PB

2011

CATALINE ALVES BRANDÃO

**ENTRE O SONHO E A REALIDADE: IMPLANTAÇÃO E RECEPÇÃO DA LUZ
ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS (1920-1940)**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em História

Orientador: Prof. Dr. Severino Cabral Filho

CAMPINA GRANDE-PB

2011



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

Cataline Alves Brandão

**ENTRE O SONHO E A REALIDADE: IMPLANTAÇÃO E RECEPÇÃO DA LUZ
ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS (1920-1940)**

Monografia Avaliada em ____/____/____ com o conceito ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Severino Cabral Filho

Orientador

Prof.Dr. Gervácio Batista Aranha

Examinador

Prof. Fabiano Badú de Souza

Examinador

Campina Grande- PB

2011

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram em mim: meus pais, amigos e familiares que me deram forças para seguir em frente nesse projeto tão sonhado. Dedico, em especial, a minha musa inspiradora: Maria Zeni, minha mãezinha.

AGRADECIMENTOS

“Se nós fizéssemos tudo o que somos capazes, literalmente nos surpreenderíamos” (Thomas Edson)

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por iluminar meu trabalho dando-me força, coragem e inteligência para galgar este degrau do conhecimento.

Muitos fizeram parte dessa história, palavras não seriam o bastante para agradecer a todos a minha eterna gratidão. Registro aqui o meu agradecimento.

Ao meu querido, professor e orientador Severino Cabral Filho, por ter me incentivado em todos os momentos, desde o início de meus projetos, compartilhando seus conhecimentos, sendo um amigo verdadeiro durante essa caminhada, ficando o meu reconhecimento, amizade e profundo respeito, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus pais (Brandão e Zeni) que nos momentos de dificuldades me incentivaram para que persistisse na conclusão do trabalho monográfico. Minha amada mãe, que nunca permitiu que eu fraquejasse, passando noites e noites acordada ao meu lado, nem que fosse apenas para me dar um abraço e lembrar que jamais iria me deixar desistir, ela foi capaz de segurar na minha mão, me guiando como um anjo a cada passo dado. E mais ainda, nos momentos de alegria pelos sucessos alcançados.

Kalina, minha irmãzinha, que sempre me apoiou, contribuindo desde os anos iniciais da minha vida estudantil me ensinando dedicadamente a ler e escrever, ajudando nas minhas atividades. Por tudo que sou hoje, agradeço aos seus ensinamentos.

A Cláudia, minha irmã mais velha, minha segunda mãe que me protegeu em seus abraços acolhedores e sempre, sempre me motivou, apostou reiteradamente nos meus sonhos e contribuiu para que estes se tornassem realidade,

Agradeço a Thércio, meu amado, meu amigo, que mesmo entrando na minha vida nos momentos finais do meu curso conseguiu fazer toda a diferença, estando sempre ao meu lado me dando forças e acreditando no meu potencial. Obrigado, por me ouvir, ter paciência e me motivar de uma forma ímpar, jamais vou esquecer-me dos momentos em que segurou as minhas mãos e disse: *“Eu estarei sempre ao seu lado”*... Acreditando e apostando nos meus sonhos junto a mim...

Aos eternos amigos: Taise Aguiar, Claudio Costa, Regina Paula, Suzana Cristina... Que sempre estiveram de prontidão nos momentos de tristeza e foram capazes de arrancar muitos sorrisos meus durante esta caminhada. Sentirei uma imensa saudade de vocês e de tantos outros. Nessa jornada crescemos juntos na troca de conhecimentos, na cumplicidade e nas afinidades, que se tornaram imensuráveis. Muito obrigado por tudo, vocês também são parte desse trabalho.

Não poderia deixar de registrar meu agradecimento a alguns professores que também fizeram parte da construção desse sonho. Agradeço, ao Prof. Luciano Mendonça de Lima, por todos os conhecimentos transmitidos, a dedicação e fundamentalmente ao apoio. O senhor acreditou em mim, e por isso, presto minha gratidão. Para mim, foi um imenso aprendizado tê-lo enquanto meu orientador nos projetos de monitoria, muito do que sei hoje, devo ao senhor.

Agradeço ao Prof. Gervácio Batista Aranha que muito me incentivou a desenvolver esta temática. Na disciplina de História de Campina Grande no ano de 2008, pude dar meus primeiros meus passos, nos estudos e pesquisas sobre o referido tema. Minha sincera admiração e respeito.

Agradeço a tantos outros que fizeram parte da minha trajetória, seja numa palavra amiga, um gesto, incentivo, confiança, ensinamentos. Peço desculpas, se a memória passou despercebida e esqueceu alguns nomes, mas isso não é tudo, o importante são as lembranças as quais saberão identificar todos aqueles que estiveram ao meu lado.

E para aqueles que não acreditaram em mim, isso é apenas o começo, de uma carreira brilhante enquanto historiadora.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo tratar do advento da energia elétrica em Campina Grande. Tomamos como fontes de pesquisa materiais jornalísticos publicados em jornais locais entre os anos 1920-1940, nos quais a luz elétrica foi representada como o sistema de iluminação por excelência, um dos símbolos da modernidade, marca registrada das metrópoles européias e de grandes cidades brasileiras. Neste sentido, buscaremos analisar a implantação e manutenção da iluminação pública nesta cidade assim como os conflitos e as tensões que ela fez desencadear, configurando obstáculos à realização do que se pretendia como “progresso” e “civilização”. Objetivamos ainda refletir sobre as implicações desse equipamento no cotidiano de setores da população campinense, tendo em vista o discurso de modernização que justificava a implantação deste serviço.

Palavras-chave: Luz Elétrica; Modernidade; Campina Grande.

ABSTRACT

The present study aims to address the advent of electricity in Campina Grande. We take as journalistic sources for research materials published in local newspapers between the years 1920-1940, in which the electric light was represented as the lighting system par excellence, a symbol of modernity, a trademark of European metropolises and large cities. In this sense, we try to analyze the implementation and maintenance of public lighting in this city as well as the conflicts and tensions it did trigger, setting up obstacles to the realization of what was intended as "progress" and "civilization." We aim to further reflect on the implications of this equipment in the daily Campinense sectors of the population in order to modernize the discourse that justified the deployment of the service.

Keywords: Electric Light; Modernity; Campina Grande.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A TRAJETÓRIA DA LUZ ELÉTRICA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO: O CASO DE CAMPINA GRANDE (1920-1940).....	19
2.1 Implantação da Luz Elétrica em Campina Grande (1920-194.....	23
2.2 Campina Grande: Iluminada por promessas.....	34
3. REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCURIDÃO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: UM DIÁLOGO COM JORNALISTAS E CRONISTAS.....	41
4. A ENERGIA ELÉTRICA: UTENSÍLIO DO CONFORTO NOS LIMITES DO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO.....	61
4.1 Luz elétrica para a Rainha da Borborema: benefícios e comodidade.....	61
4.3 Nos limites do conforto: os pobres no cenário de modernização.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
6. REFERÊNCIAS BIBILOGÁFICAS E FONTES.....	82

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo tratar da chegada da luz elétrica em Campina Grande atentando para as representações construídas pelos meios jornalísticos locais acerca da recepção desse aparato moderno no cotidiano da elite campinense.

Partimos assim do estudo das cidades inseridas em mudanças sociais assistidas no século XIX e XX, vislumbrando a modernização das mesmas. Com forte ideário de vida civilizada e progressista, tais processos de modernização nortearão não apenas as grandes capitais européias, mas também será um fator presente no Brasil. Teremos desta forma, a modificação da paisagem urbana que passa a adquirir características que a reconheça enquanto cidade moderna, seguindo os parâmetros em voga. A aquisição da energia elétrica foi um desses parâmetros.

Assim, trataremos da experiência da luz elétrica em Campina Grande nas décadas de 1920 a 1940. Buscaremos compreender os elementos que proporcionaram a sua implantação, fornecimento, manutenção, indiciando a recepção deste “melhoramento” e suas representações construídas no seio da elite campinense.

Nesse sentido, a nossa pesquisa nos fez compreender que, desde a sua inauguração, a luz elétrica em Campina Grande se mostrou precária e oscilante, trazendo a insatisfação daqueles que desejavam o “progresso” e “civilização” da cidade, representados pela eletricidade. Podemos captar um imaginário jornalístico marcado por sentimentos ambíguos: o desejo e a esperança depositados no novo foram experimentados juntamente com as insatisfações, decepções e o medo do atraso nas suas mais variadas representações.

O espaço urbano se torna tema recorrente entre intelectuais e cronistas contemporâneos desta época, com uma série de projetos para organizar e higienizar as cidades, visando uma vida satisfatória. Logo, uma cidade confortável seria aquela que tivesse uma iluminação pública de qualidade, saneamento de água e esgotos, sistemas de transportes e ambientes voltados para o lazer.

Teremos assim como pioneiras dessa avalanche de alterações as cidades de Londres e Paris, atentando para o fato de que estas vão servir de referencial no processo de modernização do Brasil, que de uma maneira ou de outra buscou se enquadrar nos moldes das grandes metrópoles européias.

A historiografia recente deu uma grande guinada aos estudos referentes às relações entre cidade e modernidade, assim a vida citadina nos séculos XIX e XX passou a ser objeto de consideráveis modificações que geraram discussões sobre a vida dos homens neste novo cenário.

CORBIN (1998:107) ¹, quando trata dos estudos referentes à cidade e sua apreensão no campo do sensível, nos anuncia a importância de irmos para além da dimensão arquitetural urbana – que se reduz a uma natureza morta – mas, fundamentalmente é necessário atentar para seus ruídos, os odores, seus movimentos, para apreendermos a identidade da cidade. Neste sentido, é perceptível a existência de relações mútuas entre os habitantes da cidade, visto que elaboram múltiplos sentidos para esta.² Assim, como nos mostra o autor, que a cultura sensível se expressa através das ansiedades produzidas pelos habitantes da cidade, seus cuidados, bem como a recepção as novidades.

Dialogamos com Berman (1986) ³ que nos fala sobre os impactos e modificações que surgiram com o advento da modernidade. Momento que se configura a partir das novas descobertas científicas, desenvolvimento tecnológico, inovações técnicas, abrindo espaço para as novas concepções formuladas sobre o espaço urbano. A vida nos séculos XIX e XX é definida pelo turbilhão da modernidade, marcado, sobretudo, por uma via de mão dupla: enquanto muitos são atraídos pelas modificações e novidades, outros são arrastados mesmo que contra sua vontade. Desta forma, este autor trata das relações entre modernidade e modernização. Assim, a modernidade se define através de fases que marcam a sua afirmação junto às sociedades, cujas sensibilidades modernas implicam consideráveis mudanças de hábitos. A modernização se traduz com o

¹ RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

² Idem.

³ BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

desenvolvimento tecnológico e científico, com a adoção de equipamentos urbanos voltados à promoção do conforto, assim como práticas médicas e sanitárias.

Brescianni (1994) ⁴ propõe traçar um panorama dos efeitos causados pela modernidade. Nas suas considerações são enfatizados os múltiplos olhares produzidos sobre o espaço urbano, em especial as suas modificações e impactos vividos em Londres e Paris do século XIX. Uma teia de relações será construída entre a burguesia que se afirma na sociedade capitalista e os proletariados, trabalhadores das indústrias, elaborando um novo cenário social.

Quando pensamos as sociedades desse período em discussão é importante citar a adoção de uma série de aparatos modernos que em grande medida atestavam o grau de “civilização” e “progresso”. É perceptível uma burguesia que se torna mais exigente quando se diz respeito ao conforto e à recepção de elementos modernos.

Neste sentido, podemos recuperar as considerações de Roche (2000) ⁵ que nos mostra as relações entre a produção e o consumo, verificando seu nascimento e as fases de seu desenvolvimento. A problemática de seu trabalho reside na compreensão das sensibilidades dos homens a partir do crescente consumo visto nos séculos XVIII e XIX, em que se projeta, na história da civilização material, uma outra relação dos homens com os bens materiais. É importante destacar como se alicerçaram as práticas cotidianas, o que nos faz perceber o estabelecimento das relações das pessoas desta época com seus objetos de consumo.

Dialogamos ainda com Béguin (1991) ⁶, que nos mostra como se efetivou a adoção de determinados aparelhos modernos nos séculos XVIII e XIX os quais seguiam toda uma política de normas e técnicas que justificavam a sua implantação. O texto nos fala da importância da iluminação nos espaços privados, voltados essencialmente para o conforto da burguesia industrial.

⁴ BRESCIANNI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁵ ROCHE, Daniel. História das coisas banais Nascimento do consumo nos séculos XVIII - XIX. Rocco: Rio de Janeiro, 2000.

⁶ BÉGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto”. In: Espaço e Debate- Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n° 34. São Paulo: ano XI, 1991.

A História Cultural, por meio de suas novas concepções teórico-metodológicas começam a ganhar corpo nas décadas de 1980 e 1990 do século XX, quando trazem formas inéditas de apreensão do real, ligadas às sensibilidades, aos sentimentos, às representações, às práticas culturais. Neste contexto, uma das propostas da História Cultural reside em estudar novos aspectos presentes no espaço urbano, não mais atentando prioritariamente para a política, a economia, indo mais além, verificando, sobretudo, as representações construídas a partir das visões de mundo, observando o imaginário construído em torno das cidades; o que é possível apreender dos homens em seus contatos com as transformações do espaço urbano e as relações cotidianas alicerçadas nesse espaço. Os historiadores avançavam nos domínios da cultura, buscando, sobretudo, compreender as práticas e experiências dos homens no tempo, elementos que podem ser decifrados através da percepção dos elementos que constroem a cultura.

Ao longo de nosso trabalho iremos nos valer dos conceitos de *representação*, *sensibilidade* e *imaginário*. Neste sentido, através da *representação* podemos compreender como se processaram a elaboração de sentidos acerca da implantação da luz elétrica, verificando as construções imagéticas e discursivas através do qual os homens puderam expressar o mundo em que viviam em Campina Grande entre 1920 e 1940.

Para a análise que pretendemos realizar é fundamental verificarmos as representações produzidas nesse contexto de recepção em torno da iluminação artificial moderna. Assim, a *representação* – conforme proposta de Roger Chartier (1990)⁷ – se configura como uma forma de construção do mundo, fazendo com que os homens construam a realidade e possam pautar nela a sua existência. A *representação*, neste caso, se expressa como um desejo de tornar presente e efetivo um bem ainda distante do horizonte da Campina Grande destes letrados.

Ao tratar da recepção deste aparato moderno na cidade de Campina Grande é fundamental enveredar pelos caminhos das *sensibilidades* tendo em vista que a experiência histórica não pode ser dissociada das emoções, desejos, frustrações, temores. Estes elementos tratam do íntimo de cada indivíduo, cuja subjetividade

⁷ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Difel, 1990.

passa a ser um dos domínios privilegiados pelo historiador cultural. Buscar o sensível não implica sentir da mesma forma, mas, sobretudo, se deve considerar a alteridade, haja vista que tratamos de um momento histórico já escoado e que se faz necessário compreender a existência de valores e práticas que faziam parte da época em estudo.

Le Goff (1990)⁸ nos fala que o imaginário se constrói a partir de um conjunto de representações elaboradas ao longo do tempo, sobre determinado elemento. Desse modo é compreensível que tudo que o homem considera real faz parte do seu próprio imaginário, assim muito do imaginário faz parte da projeção dos sonhos e elaborações mentais em que se pautam a própria existência dos indivíduos.

Nossa operação metodológica recorrerá ao método indiciário conforme proposto por Carlo Ginzburg (1986:143)⁹, cujo objetivo reside na investigação dos significados que atribuímos aos sinais e indícios que encontramos em nossas fontes de pesquisa. Acreditamos que elas revelarão aspectos importantes do cotidiano, dos desejos, anseios e frustrações dos letrados, homens ávidos por recepcionarem a energia elétrica em Campina Grande.

Ginzburg, em seu estudo referente ao paradigma indiciário, nos propõe um caminho novo em que podemos verificar uma realidade vivida, que surge como elemento revelador da produção cultural de uma sociedade. É importante ir além do que é dito, devemos assim, prestar atenção aos traços secundários, os detalhes, pois o que passa despercebido por muitos, revelam aos historiadores segredos valiosos.

O método indiciário consiste numa forma de iluminar o passado; ao utilizá-lo o historiador se nivela ao detetive que investiga o passado, saindo em busca de indícios, vestígios e sinais que podem contribuir para a construção do enredo

⁸ LE GOFF, Jacques. A História Nova. [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

⁹ GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

histórico. O historiador analisa as evidências, questiona-as, como pressuposto para uma melhor compreensão do passado sobre o qual se debruça.

É justamente, através de imagens produzidas por intelectuais que trouxeram para as páginas dos jornais os seus anseios, motivações e expectativas, que teremos a possibilidade de seguir vestígios aparentemente negligenciáveis, atentando para as vozes que emitiram mais que um discurso modernizante, expressaram conflitos, tensões e angústias, mas também desejos, expectativas e esperanças, aspectos componentes de qualquer sociedade.

A imprensa, nos séculos XIX e XX, nos tem muito a dizer sobre o cenário de modificações vistas no espaço urbano. A difusão de idéias e projetos modernizantes era apresentada nos jornais, que se tornavam veículos anunciadores por excelência das transformações e desejos de uma vida moderna. Os letrados tornavam-se militantes no projeto de adoção de melhoramentos modernos, na medida em que buscavam trazer para as suas cidades todo o progresso e civilidade visto nas grandes capitais européias.

Luca, em sua “*História dos, nos e por meio dos periódicos*”¹⁰ traz informações valiosas para aqueles que desejam recorrer à imprensa como fonte de pesquisa. É importante compreendermos que nas décadas de 1970, o espaço concedido à pesquisa por meio da imprensa se construiu em efetivo, passando a ser visto pelos historiadores como fonte de pesquisa histórica. Anteriormente, a pesquisa em jornais era negligenciada pelos historiadores, na medida em que “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”¹¹. Desta forma, a terceira geração dos Annales propôs novas possibilidades de fontes para os historiadores, através da conhecida tríade: *novos objetos, novos problemas e novas abordagens*, inserindo assim a fonte impressa como recurso à pesquisa histórica.

¹⁰ LUCA, Regina Tânia. *Fontes Impressas História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010

¹¹ Idem

Neste sentido, Luca destaca os estudos de Helena Capelato e Maria Lígia Prado¹², cujas pesquisas foram fundidas no livro o qual recebeu o mesmo nome do jornal da época “O bravo matutino”, sendo este último jornal de grande difusão em São Paulo no período republicano. Para tanto, as autoras enfatizam a negligência e descrédito dos estudos históricos para com a imprensa enquanto fonte. Partir deste trabalho abriu-se, em nossa seara historiográfica, um caminho para a utilização da imprensa como fonte para a pesquisa, sobretudo para a apreensão das práticas e representações dos homens no seu tempo. Assim, através da análise dos jornais é possível encontrar vestígios dos elementos que compõem o cotidiano, as relações sociais e a cultura.

Um aspecto relevante a ser citado está relacionado à preocupação do pesquisador de não utilizar os periódicos puramente como recurso de mera coleta de informações, mas, sobretudo, entender que, toda fonte documental requer a criticidade do historiador, sendo uma fonte que traz um leque de possibilidades de análise e estudo. Marc Bloch quando refletiu acerca do *fazer do historiador*, anunciava que não era o bastante registrar as palavras das testemunhas, fazendo-se necessário, o questionamento das fontes, ao interrogar o documento o historiador vai à busca de pistas, vestígios.¹³

Ao estudar a vida moderna em Campina Grande partiremos das concepções propostas por Aranha (2003:81-82)¹⁴, segundo as quais a experiência moderna nas cidades nortistas, entre 1880 e 1925, não podem ser pensadas a partir dos ritmos sociais frenéticos, característicos das metrópoles européias. Por outro lado, o autor pensa essa experiência moderna urbana nortista por meio de determinadas conquistas materiais, a saber, o trem, o telégrafo, iluminação pública e privada, cinemas, parques, entre outros, sugerindo que se pense tal experiência a partir dos impactos provocados por essas conquistas materiais que passaram ao imaginário urbano como símbolos do moderno, ou seja, equipamentos urbanos de uso coletivo, significativos das novidades produzidas e adotadas na Europa e que, por passar a

¹² Ibidem

¹³ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 69-87(A observação histórica).

¹⁴ ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: *A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Ideia, 2003.

fazer parte do cotidiano de cidades de pequeno porte, promove-as à condição de cidades modernas.

Nosso objetivo reside na abordagem que privilegia a luz elétrica, aparato que impactou a vida das pessoas, considerando suas expectativas, seus desejos e suas frustrações. Com isto, queremos pensar o desejo de construção de cidade moderna a qual é projetada a partir da implantação deste melhoramento moderno que significava para a cidade de Campina Grande como uma forma de mostrar que as vantagens dos aparelhos modernos já faziam parte das práticas cotidianas da elite da cidade.

Como sugere Cabral Filho (2009: 40-54)¹⁵, a elite campinense passa a ser desejosa dos elementos que atestariam o “progresso” e “civilização” de uma cidade. A todo custo, Campina Grande, buscava adotar meios para introjetar no inconsciente coletivo a preocupação em seguir os padrões das grandes capitais brasileiras. O interessante é perceber as articulações movidas pela elite na projeção da adoção desses novos padrões e aparatos modernos, que acabavam por ganhar dimensões imaginárias, por estar longe das possibilidades reais. Cremos que um exemplo desta tensão é a implantação da luz elétrica responsável pelo desencadeamento de expectativas e frustrações.

As crônicas de Cristino Pimentel, Hortênsio Ribeiro, Fleury, publicadas na imprensa campinense representada pelos jornais a *Gazeta do Sertão*, *O Rebate* (1932) *A Frente* (1934), *A Praça de Campina* (1935), *A Batalha* (1934), e o *Voz da Borborema* (1937-1940), serão nossos indícios na busca de verificar as representações em torno da luz elétrica em Campina Grande.

Em um primeiro momento traçaremos um breve percurso que conduziu a luz elétrica no contexto de modernização nas grandes capitais européias, chegando até a região da Parayba do Norte, especificadamente a cidade de Campina Grande. A partir daí, buscaremos verificar os processos que as modificações urbanas causaram na sociedade dos séculos XIX e XX, compreendendo a busca de um ideário de vida moderna e civilizada.

¹⁵ CABRAL FILHO, S. . A cidade desejada: Campina Grande, imagens e história. In: Antonio Clarindo B. Souza; Eugênis M. Dantas; Iranilson B. de Oliveira; Joel C. S. Andrade. (Org.). Cultura e Cidades. 1ª ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2009, v., p. 40-54.

Desta maneira é fundamental percebemos as singularidades das mudanças assistidas no Brasil as quais diferem da experiência européia. O Brasil passa a vivenciar no século XIX um paulatino processo de mudança de uma elite colonial para a crescente formação de uma burguesia industrial, traço este que irá definir o seu acompanhamento no processo de implantação dos projetos modernizantes que aos poucos iam sendo introduzidos no país.

Destacaremos a importância atribuída à eletricidade, principalmente através de seus efeitos vistos nas Exposições Universais: espaços dedicados as tecnologias empreendidas pela burguesia em crescente expansão. A luz elétrica estará no rol das grandes conquistas da civilização neste período.

Sua capacidade inovadora e tecnológica promoveu um status de dimensões mágicas; este aparato moderno possibilitou toda uma nova dinâmica na vida social. Podemos citar a estreita distância entre o dia e a noite, proporcionando o aumento das jornadas de trabalho, impulsionando as relações capitalistas voltadas para a produção em grande escala. As ruas que permaneciam imersas na escuridão e que, por isto, facilitariam as ações de criminosos, passariam, em tese, a ter mais segurança com a implantação desse novo modelo de luz artificial. Não podemos nos esquecer dos espaços voltados aos lazeres noturnos criados a partir da implementação deste melhoramento.

Para subsidiar nossas impressões recorreremos às considerações de Roncayolo (1999:97-101) ¹⁶, que recupera um debate importante acerca da produção das “luzes artificiais”, onde verificamos a importância que é atribuída à iluminação do espaço urbano, que a principio sendo a gás, ganha maiores dimensões com a efetivação da iluminação por meio da eletricidade.

A recepção da luz elétrica na cidade de Campina Grande suscitou representações diversas. O imaginário social se constrói a partir da projeção do medo que se tinha da escuridão, desta forma nas matérias jornalísticas e crônicas vistas no material pesquisado verificamos o apelo da elite campinense que exigia

¹⁶ RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: O império das luzes artificiais” (pp.97-101). Tradução de Eveline Bouteiller Kavakama. In Projeto História. 1999.

uma luz de qualidade, principalmente no horário em que a luz era fundamental: no período noturno.

Nos indícios encontrados nas fontes, percebemos a forte articulação elaborada pela elite na efetivação de melhorias no fornecimento de energia elétrica na cidade. Matérias ricas em ironia, marcadas assim por estratégias de convencimento construindo críticas contundentes em se tratando do serviço prestado pela Empresa Luz e Força S.A de Campina Grande. Articulações movidas no intuito de exigir dos poderes públicos uma luz que efetivamente estivesse de acordo com a importância atribuída à cidade de Campina Grande. Acompanharemos a difusão dos projetos urbanos de embelezamento das ruas, mas também a existência de projetos voltados para a promoção do conforto no espaço privado. Desse modo, buscaremos enfatizar a aquisição de certos aparelhos modernos cujo funcionamento dependia da energia elétrica. Para isto, utilizaremos anúncios apresentados em um dos jornais estudados.

Ao tratarmos do processo de modernização assistido pelas cidades brasileiras, é fundamental lembrarmos-nos de como as classes menos favorecidas acompanharam esse processo. É sabido, que a modernidade contribuiu para a disseminação de grandes desigualdades sociais, onde apenas uma parte da sociedade, a saber, a burguesia, pôde acompanhar a avalanche de modificações quando pensamos a utilização de maquinarias modernas voltadas para o conforto.

Partindo dessa premissa, faremos uma pequena incursão sobre as impressões dos populares na busca de adoção da luz elétrica em seus lares. Teremos, na verdade, desejos que certamente ficaram no plano dos sonhos daqueles que não poderiam pagar por um sistema elétrico efetivamente caro.

A TRAJETÓRIA DA LUZ ELÉTRICA NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO: O CASO DE CAMPINA GRANDE (1920-1940)

As cidades, na modernidade, vêm sendo há algum tempo objeto de estudo entre os historiadores, os quais buscam enfatizar as dinâmicas dessas cidades, destacando as suas modificações físicas e estruturais, bem como os impactos causados nos homens urbanos ao se depararem com a avalanche de modificações sentidas na modernidade. A experiência moderna revela relações impactantes, marcadas por mudanças e eventos inesperados.

Nesse percurso vislumbrado nas cidades devemos considerar as reações que as modificações urbanas vão causar na sociedade. Assim, os jornais passam a ser veículos fundamentais da transmissão das informações acerca das mudanças cotidianas, trazendo o desejo pelo novo, as limitações de determinados aparatos modernos, assim como a luta pela permanência da tradição.

Brescianni (1994)¹⁷ reflete sobre as cidades nos séculos XIX e XIX, compreendendo a modernização das mesmas. A autora traça os principais efeitos causados pela modernidade, tendo como alegoria principal as relações de exploração capitalista em detrimento dos trabalhadores assalariados, trazendo modernização que surge contraditoriamente, penalizando os menos favorecidos e construindo uma rica burguesia.

Tratar ainda da modernização é perceber o novo traçado de ruas e avenidas, grandes empreendimentos que trazem para o espaço urbano a possibilidade de melhorias no cotidiano, dando ares de progresso e civilização. A modernização desta maneira permite o surgimento de novas tecnologias, inovações para promover o conforto no espaço urbano.

Neste contexto, a descrição dos viajantes é de grande valia quando pensamos as configurações da cidade moderna, nos ajudando a compreender os desejos de modificação da paisagem urbana, a sua veloz transformação, criando

¹⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

assim espaços de memória os quais proporcionam as sensibilidades construídas nessa nova realidade social e visual das cidades.¹⁸

“Não há como negar que as percepções que letrados e intelectuais tinham sobre a cidade e seus moradores eram caudatárias de novas formas de conceber e perceber o mundo, apontando, como sugere Stella Brescianni, para o surgimento de um novo olhar ou de novas sensibilidades.[...] Tais percepções, marcadas por encanto e medo, vão ser abundantemente expressas por médicos, bacharéis, administradores, literatos, etc.” (SOUSA, 2003: 62)¹⁹

Com forte ideário de vida civilizada e progressista, tal elemento norteará não só as grandes capitais europeias, mas também será um fator presente no Brasil, assim a paisagem urbana começa a se modificar adquirindo características que a transforme em cidade moderna, seguindo os parâmetros em voga. As cidades de Londres e Paris acabaram por servir de referencial no processo de modernização do Brasil, que de uma maneira ou de outra buscou se enquadrar nos moldes das grandes metrópoles europeias.

Paris, na reforma empreendida pelo prefeito Haussmann será espelho para as reformas urbanas vislumbradas em outras cidades europeias, assim como no Brasil. O novo alinhamento dado as avenidas, a construção de prédios, a adoção de maquinarias voltadas para facilitar as relações cotidianas serão notáveis. Logo, uma cidade confortável seria aquela que tivesse uma iluminação pública de qualidade, saneamento de água e esgotos, construções de prédios, sistemas de transportes.

O impacto causado nas pessoas ao se depararem com o “turbilhão” das metrópoles foi extremamente ambíguo. Ao mesmo tempo em que este atraía a população encantada por uma série de aparatos que compunham uma cidade considerada moderna, ela assustava e até mesmo aterrorizava. Era algo novo e tudo que é novo é difícil de ser assimilado instantaneamente. De fato, se constituía uma maré forte que conduzia, muitas vezes, os homens contra sua vontade assim como os que gostavam e se envolviam neste inebriante percurso.

¹⁸ Ver BRESCIANNI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: Historiografia Brasileira em perspectiva. Marcos Cezar de Freitas (org.) Editora Contexto: São Paulo, 1997

¹⁹ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)” (pp. 61-92). In: Revista Brasileira de História, vol.23, nº 46. São Paulo: ANPUH, 2003.

É fundamental ressaltar as singularidades da experiência européia em relação à brasileira, considerando seus limites físicos e sua vivência histórica. A aristocracia colonial brasileira progressivamente vai adquirindo características de uma burguesia industrial preocupada com o capitalismo voltado para o sistema de fábrica que começa a ganhar força no início do século XX. A sociedade brasileira recebe um processo de transformações sociais, econômicas e políticas, que lhe permitem acompanhar o ideário de progresso e modernização.

“Os ventos do progresso soprariam em direção ao Terceiro Mundo e seriam filtrados segundo os olhos e os interesses de suas elites, da mesma forma como os ideais burgueses eram alardeados ao mundo segundo as necessidades do capital triunfante” (PESAVENTO, 1997:60)

Desta maneira, o Brasil compreendia as mudanças assistidas na Europa, entendendo assim os elementos que também proporcionaram crescimento econômico, com a implantação de fábricas com investimentos do capital estrangeiro que aplicariam as experiências estrangeiras no país, bem como a introdução de novos inventos que facilitaram o cotidiano de uma rica burguesia.

O capitalismo na sua fase monopolista nos tem muito a dizer, sobre a implantação de determinados aparatos modernos. Neste sentido, as sociedades capitalistas européias se viram na incumbência de expandir a sua acumulação de capital, com o argumento de “civilização” e “progresso”, levando assim aos quatro cantos do mundo, as suas tecnologias, máquinas, “maquinarias do conforto”, tornando-se elementos atraentes para os investimentos industriais. Com isto, o telégrafo, cinematógrafo, eletricidade, linhas férreas se caracterizaram enquanto modificações e benefícios para o cotidiano de uma sociedade dita moderna.

A importância atribuída à eletricidade como uma moderna fonte de energia, faz parte do cenário das grandes exposições universais, espaços dedicados ao exibicionismo burguês com produtos e mercadorias, que traziam todo o otimismo e encantamento progressista que os meios capitalistas poderiam proporcionar. Assim, a dimensão que ganhava as exposições universais perpassava o imaginário dos homens dos séculos XIX e XX. A eletricidade era apresentada como sendo um dos caminhos atrativos para o progresso econômico, adquirindo assim no ramo industrial crescente expansão.

A eletricidade nas exposições universais sempre estava acompanhada de uma série de novas tecnologias, como foi o caso da exposição de 1867 sediada em Paris. No entanto, as possibilidades de utilização da eletricidade como elemento de conforto associado aos grandes investimentos econômicos, fizeram com que os expositores dedicassem-lhe uma maior atenção. Assim, em 1881, é realizada em Paris a primeira Exposição Internacional dedicada exclusivamente aos profissionais da eletricidade. O brilho da tecnologia da eletricidade a cada evento ganhava mais destaque, apresentando a sociedade burguesa os grandes avanços da luz.

A Exposição de 1900 correspondeu ao auge da descoberta das “seduções da luz”, não podendo estar de fora do rol das exposições mais notáveis. O objetivo primordial dos expositores era lançar mão de um evento com amplas dimensões: desejavam, sobretudo, marcar o evento, tornando-o memorável para as décadas posteriores, sendo uma marca registrada. É neste sentido, que temos a criação da estação elétrica de Thomas Edison, que trouxe efeitos que puderam despertar em muito as sensibilidades dos homens que fizeram parte do evento de 1900

Os visitantes da Exposição de 1900 apreciaram um modelo de estação elétrica arrojado de ferro e vidro. A criação era projetada para as áreas centrais de uma cidade grande, sendo também utilizada para a iluminação em vários espaços dedicados à exposição naquele ano. Este invento objetivava, sobretudo, trazer para os visitantes o contato direto com esta estação elétrica, efetivamente dotada de agilidade de um fio metálico no qual passava uma corrente de voltagens consideráveis que, de acordo com relatos de contemporâneos, era de aproximadamente 100 volts; no pavilhão que expunha a estação elétrica era possível ser visto ao longe, tendo no topo da chaminé uma grande lâmpada elétrica.²⁰

Rocha (1996: 60)²¹ nos fala acerca do processo que desencadeou a chamada cultura da modernização onde a expansão do sistema capitalista foi sentida na América Latina com a forte presença dos capitais privados estrangeiros. O capitalismo industrial na sua fase monopolista, através do imperialismo, fez com que as nações européias passassem uma idéia de superioridade em detrimento de

²¹ ROCHA, Amara Silva de Sousa. “A Sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque” (pp.51-80). In: Revista de História Regional, nº 2. Ponta Grossa: Imprensa Universitária da UEPG, 1997.

outras nações do mundo, desta forma a Europa tornava-se berço do desenvolvimento do espaço urbano e sua crescente modernização. O objetivo primordial residia da ampliação do mercado consumidor e investimentos dos grandes monopólios.

Assim, as elites nacionais entendiam a inserção de companhias industriais no país como sendo um veículo de sentido para o “progresso” e a “civilização”; em muitos casos foram notáveis querelas entre as concessionárias da indústria da eletricidade, já em outros momentos veremos uma considerável dificuldade de implantação da energia elétrica.

1.1 IMPLANTAÇÃO DA LUZ ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE (1920-1940)

Nosso referencial ao estudar o processo de modernização vislumbrado na cidade de Campina Grande parte das considerações teóricas de Aranha (2003: 81-82)²², o qual estuda a modernidade nas cidades nortistas não com os traços que compõem o quadro das grandes metrópoles caracterizadas pela correria e ritmos frenéticos próprios de uma cidade moderna, mas buscando considerar seu limite físico e, a partir deste, encontrar subsídios para caracterizá-la como tal.

Desde modo, o autor em questão, ao considerar os limites encontrados na região nortista, pensa a cidade moderna por meio de determinadas conquistas materiais. Nosso interesse é fazer uma abordagem que privilegia a luz elétrica entrando na vida das pessoas como uma novidade oriunda do estrangeiro. Queremos pensar o deslumbramento causado na população campinense ao se deparar com um aparato que poderia ser encontrado em uma Londres ou Paris, assim como nas grandes cidades brasileiras.

Tratar da experiência da luz elétrica na Paraíba nos remete a um processo lento e gradual, visto que diferentemente de outras capitais da região Nordeste como Fortaleza e Recife, esta não passou pela intermediação do sistema de iluminação a gás, mas diretamente da queima de querosene para a luz elétrica. A queima do querosene se configurava enquanto um sistema precário e atrasado quando se

²² ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

falava em iluminação pública, principalmente entre as cidades que almejavam se estabelecer nos parâmetros da modernidade ao respirarem ares de progresso.

Para compreender o processo de efetivação da luz elétrica e seus efeitos em Campina Grande iremos nos valer em grande medida das matérias jornalísticas e relatos de cronistas e intelectuais que construíram suas impressões mais marcantes acerca deste melhoramento.

Martins (2008)²³ destaca a dimensão que ganha à imprensa nos séculos XIX e XX, momento de grandes modificações vistas nas cidades brasileiras. Por meio dos jornais a sociedade se via sintonizada com as mudanças promovidas pelo capitalismo em construção, a remodelação da paisagem urbana e as novidades que aos poucos entravam nas cidades brasileiras vindas do estrangeiro. As representações construídas pelos intelectuais que escreviam suas matérias nos jornais alicerçavam no imaginário social grandes efeitos na efetivação nos ideários de modernidade.

Desta forma, ao tratarmos da implantação da energia elétrica na Paraíba é possível verificar, através das fontes documentais e da historiografia da região, as dificuldades de instalação e manutenção, considerando ainda a falta de verbas, onde a iluminação a base de óleo de mamona e de peixe, querosene, por muito tempo, fizera parte do cotidiano paraibano.

Paes (1994)²⁴, engenheiro elétrico que se dedicou a pesquisa histórica, nos traz em seu estudo elementos que proporcionaram a implantação, fornecimento e manutenção da luz elétrica na Paraíba. Embora se trate de uma obra encomendada, em comemoração aos 30 anos da instituição Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa), nos ajuda a compreender os aspectos técnicos e administrativos da iluminação na Paraíba.

Neste contexto, as formas de iluminação na Paraíba antes da implantação da energia elétrica se caracterizaram pela utilização de lampiões acionados a azeite de mamona e peixe, acetileno, álcool, querosene. Iluminação precária por atender algumas artérias da cidade, estando presente nas residências de famílias de maior poder aquisitivo, em estabelecimentos e dias festivos. O autor enfatiza a

²³ MARTINS, A. L.; LUCA, T. R.. A História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁴ PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. Do Azeite de Mamona à Eletricidade Anotações para uma História da Energia Elétrica na Paraíba. 2 ed. João Pessoa: Editora Rivaissa, 1994.

necessidade da capital paraibana no início do século XX possuir como forma de iluminação a eletricidade, tendo em vista que outras regiões do Brasil já sentiam os efeitos proporcionados pela energia elétrica, não precisando ir muito longe, podendo citar, por exemplo, o caso de Itabaiana que em 1912, seis dias antes da capital já contava com melhoramento da luz elétrica. PAES informa ainda a dificuldade de implantação do sistema na capital, Parayba do Norte. Os contratos efetivados pelos decretos 288 de 15/02/1906 e 289 de 17/02/1906 não foram cumpridos o que motivou em grande medida o gestor da época, Walfredo Leal a buscar outras concessionárias que tivessem interesse em aplicar seus investimentos elétricos na Paraíba. Desta forma apenas em 1910 é assinado um novo contrato com a empresa Tração, Luz e Força, sendo efetivamente inaugurada em 1912.

A partir da década de 1910, com a chegada do trem na cidade de Campina Grande o cenário se define na busca da implantação da luz elétrica. A historiografia campinense na figura de Epaminondas Câmara em seu livro "Datas Campinenses"²⁵ anuncia as impressões do progresso econômico e industrial em Campina Grande.

Em 1917, no orçamento estadual recuperado por CÂMARA (1998:87-88)²⁶, a cidade se destacava na tabela especial de "indústria e profissão", ganhando espaço entre as cidades paraibanas. Para o cronista a estrada de ferro fez crescer em grande medida o comércio da região, convergindo inúmeros comerciantes, tropeiros, boiadeiros. É justamente com a chegada da ferrovia que Campina Grande passa a viver certa estabilidade econômica e a crescente efetivação das mais variadas atividades voltadas para o comércio e a indústria.

Epaminondas Câmara ainda nos fala do aumento da aquisição de equipamentos e melhoramentos modernos o que contribuiu para dar o tom a uma cidade que passou a ser tão importante como foi a caso de Campina Grande, na Paraíba. No auge, atribuído à indústria capitalista, Campina Grande dedicava tais empreendimentos a Cristiano Lauritzen e Epitácio Pessoa que a agraciaram com a estrada de ferro, a possibilitando o desenvolvimento da cidade.

Aos poucos, com a consolidação do comércio, os hábitos tradicionais vão dando espaço para a modernização, os caminhões substituem as carroças de

²⁵ CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. 2ªed. Campina Grande: Caravelas, 1998.

²⁶ A 1ª Edição da obra data do ano de 1947, entendendo assim Epaminondas Câmara como sendo contemporâneo desses eventos.

burros, e os postes de energia elétrica dão vida à cidade até então iluminada a querosene.²⁷

“[...] Campina Grande como cidade já atravessou o período *ante-ferrovia*, na qual pequena modificação se observou. O segundo *post-ferrovia*, o que estamos assistindo, poderá ainda se transformar num terceiro, com surpresas de toda natureza, de vez que Campina é a terra das surpresas” (CÂMARA: 1998: 51)

Diante do exposto, percebemos que Epaminondas Câmara projeta fases pelas qual Campina Grande haveria de passar, para que, assim, aos poucos, atingisse o patamar de uma cidade dita moderna. O autor elenca oito fases, sendo três pertencentes ao período *ante-ferrovia* e mais quatro fases que, segundo ele, correspondiam ao momento *post-ferrovia*. Compreendemos que Câmara apresenta a chegada do trem como divisor de águas para a mudança da cidade, exigindo desta maneira, outros melhoramentos.

Nas primeiras fases, compreendidas pelos anos de 1864-1889, 1890-1900, 1901-1907, 1908-1918, 1919-1930, 1931-1940, respectivamente, o autor projeta o campinense como aquele homem que sentia inveja das outras cidades por possuírem um partido local; um período ainda marcado por intrigas entre adversários políticos, uma política que na fala do autor protegia criminosos. Dão conta ainda das construções acanhadas com iniciativas de pequeno porte, visando lucros rendosos; uma crescente conscientização dos poderes públicos em tratar com mais esmero os empreendimentos com fins mais amplos, duradouros e eficientes.

Com a oitava fase, interpretada por nós como desejo de empreendimentos futuros, Epaminondas Câmara se revela como um homem esperançoso em ver o fim de aspectos que traziam ainda atraso e involução à cidade. Ele desejava proteção à lavoura e à pecuária, ampliação das ferrovias e rodovias, serviço telefônico, entre outros. Quando trata do assunto da iluminação, a coloca entre as “necessidades urgentes”; a energia elétrica era fundamental com uma capacidade para iluminar toda a cidade, incluindo a área rural e suburbana. Para Câmara não era uma tarefa difícil aos poderes públicos inserir tais melhorias na paisagem urbana, graças a saúde financeira do tesouro municipal.

Campina Grande foi agraciada com a luz elétrica no ano de 1920, momento este um tanto quanto tardio pelo fato da cidade ser considerada populosa e centro

²⁷ É importante frisar que mesmo com a implantação da energia elétrica em 1920, ainda existiam casos isolados de ruas e residências que utilizavam outras formas de iluminação.

de convergência de comerciantes. As tentativas de implantação da energia elétrica em Campina Grande remontava ao ano de 1915, cujo discurso modernizante já estava bastante afluído na Paraíba. Desse modo, sob administração de Cristiano Lauritzen, tentou-se a implantação dos serviços de energia elétrica; uma vez que os editais lançados às empresas concorrentes de serviços elétricos não as atraíram a fornecer energia elétrica à cidade, e mais ainda, os contratos em muitas vezes não se efetivavam por conta das divergências entre a empresa fornecedora de energia elétrica e a municipalidade.



Inauguração da Luz Elétrica em Campina Grande. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

A fotografia que marca enfim a inauguração da luz elétrica na cidade data do dia 29 de setembro de 1920 e nos deixa clara a impressão dos efeitos sentidos entre aqueles que foram prestigiar este grande acontecimento, compreendendo a dimensão que seria a conquista desse símbolo.

Um grande público assistiu, na Rua Maciel Pinheiro, a elevação do primeiro poste de luz na cidade; naquele momento a população estava de fato de olhos bem atentos para um único personagem: o homem que sobe ao poste e liga a lâmpada elétrica.

Ao observar atentamente a imagem percebemos que o público parecia ser bastante variado, temos homens pertencentes à elite campinense, crianças, polícia militar. Uma multidão participa da solenidade, em que a Rainha da Borborema, seria iluminada pelos raios da luz elétrica, um aparato considerado tão fundamental para o

cotidiano daquela cidade. A foto perpetua a ocasião demonstrando ainda a expressão daqueles que compunham o quadro. Esta imagem é emblemática porque a partir dela acompanharemos a luta da elite campinense em busca de uma iluminação de qualidade.

Certamente, os contemporâneos do evento não imaginariam que um símbolo como este poderia se tornar uma decepção para aqueles que desejassem ver o progresso e civilização da cidade. Percebemos na imagem um único poste recebendo a iluminação. Assim acreditamos que o fotógrafo antecipa, involuntariamente, a precariedade da iluminação pública que a cidade enfrentaria até o início dos anos 1950.

Sobre o evento festivo, da inauguração da luz elétrica em Campina Grande a *Revista Campinense*²⁸ descreve:

“Por motivo da inauguração da luz aqui, o Snr. Cel. Christiano Lauritzen, Prefeito do Municipio, offereceu, em sua residencia de verão, um banquete á “Empresa de Luz e Força de Campina Grande”, tendo comparecido á brilhante solemnidade o Conselho Municipal, varios representantes do alto commercio campinense, classes conservadoras e inumeras pessôas gradas. A’ noite effectuou-se ainda na residencia do illustre chefe situacionista uma animada “soirrée” que se prolongou até á madrugada” (Grifo Nosso) (Revista Campinense. “A illuminação Publica”, 1/11/1920)²⁹

A forma como a *Revista Campinense* se refere à inauguração tem muito a nos dizer. O banquete na casa do prefeito em oferecimento à empresa Luz e Força de Campina Grande expressa relações harmoniosas entre o município e a empresa fornecedora de energia, esta última com o privilégio exclusivo de exploração comercial da iluminação da cidade. Consórcios que sempre eram efetivados na medida em que se buscava favorecer as partes envolvidas. Festa que segue pela madrugada: luz naquela noite não poderia faltar.

Segundo Epaminondas Câmara, Campina Grande contava em 1920 com 2012 casas e de acordo com o Recenseamento Geral da República tinha cerca de

²⁸ A *Revista Campinense* foi mantida pelo Gabinete de Leitura e dirigida por José Faustino Cavalcanti e José Barros Ramos. O seu primeiro número data de 7 de setembro de 1920, mensário Ilustrado, circulou até 1921.

²⁹ A *Revista Campinense* justifica a ausência de não publicar no segundo número correspondente ao mês de outubro as impressões do dia da inauguração, fato explicado na edição do mês de novembro. Revista publicada uma vez por mês.

70810 pessoas, o município mais populoso do interior da Paraíba.³⁰ Tendo em vista que sua iluminação era a base da queima de querosene, tornava-se atrasada, e comentários não muito agradáveis de vários cronistas, letrados que a visitavam, logo enfatizavam a precariedade da luz a sua estética de uma maneira geral.

O contrato firmado entre o município e a empresa J. Brito & CIA de Recife (posteriormente Luz e Força S.A), obrigava o município a pagar a quantia de 16.800 \$ 000, equivalente a 1.400\$000 mensais. Em um primeiro momento, a luz elétrica iluminava as principais artérias da cidade, com lâmpadas de 200, 100 e 50 volts, ligadas a um motor Otto de 100 H.P.

Sobre as representações elaboradas a partir da chegada da luz elétrica podemos dialogar com Mariano (2006: 163-204)³¹, que retrata o cotidiano de Princesa Isabel na década de 20, através dos relatos orais de memória os quais tratam da reconstituição histórica sob vários aspectos e momentos da vida cotidiana desta cidade. Entre outras questões, recupera as “seduções modernas” e nos traz informações valiosas sobre a aquisição da energia elétrica em 1925 na cidade de Princesa Isabel, marcando o cotidiano por impressões variadas.

Assim como a experiência em Campina Grande, a luz elétrica em Princesa anunciava o crescente progresso à região com a produção e exportação de algodão. A luz atendia as ruas centrais, iniciando seu funcionamento às 18:00 com encerramento às 21:30, um motor que ainda carecia de potência suficiente para atender mais artérias da cidade. Vejamos o depoimento:

“[...] a luz elétrica, achei a coisa mais importante do mundo, fiquei louca. Aquele claro que eu não sabia de onde vinha, aquela luz pendurada, aí fui ver de onde saia e vi que era de um motor[...]. A luz elétrica mudou o aspecto da vida noturna da cidade. As pessoas saíam para passear nas praças, iam ao cinema, ao teatro, enfim, passava a ter mais um lazer nas noites que antigamente eram tão escuras.” (MARIANO: 2006: 202-203)

A autora nos informa que a depoente trata a invenção moderna como elemento que fascinava as pessoas. Ao chegar à cidade se depara com todas as luzes da cidade acessas, visto como algo surpreendente, percebemos ainda que a depoente elege a luz elétrica como algo “mais importante do mundo”. O claro gerado

³⁰ CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. 2ªed. Campina Grande: Caravelas, 1998

³¹ MARIANO, S. R. C. Cenários da Cidade: o cotidiano de Princesa (PB) na década de 1920. In: Reigina Célia Gonçalves; Monique Cittadino. (Org.). Historiografia em Diversidades: Ensaios de História e Ensino de História. Campina Grande: EDUFPG, 2008, v. 01, p. 207-226.

pelos efeitos da iluminação lhe causa a impressão de elemento sobrenatural, até a mesma verificar como seus próprios olhos, que a luz vinha de um motor de geração de energia elétrica.

A chegada da luz elétrica tendeu a transformar os hábitos cotidianos. A beleza e o encantamento promovido pela fada dos raios de luz ficam evidentes nos relatos daqueles que foram contemporâneos dos eventos. Foi introjetado no inconsciente coletivo a necessidade de se ter esse benefício cotidiano; a iluminação surge como um símbolo que veio em grande medida contribuir para as relações vividas tanto no espaço privado como no público, seja nas ruas, casas ou estabelecimentos comerciais.

Recuperando as considerações de Sousa (2003: 140-141) a problemática em torno da precariedade da luz elétrica em Campina Grande se deu desde o dia de sua inauguração. Variadas são às vezes em que cronistas, população e elite dirigente se viam prejudicados em relação à luz da cidade.

Em 1924, quatro anos após a inauguração deste melhoramento, o jornal Gazeta do Sertão publica uma notícia informando a necessidade de renovações no contrato quanto ao horário de funcionamento da luz na cidade, elemento este que dificultava as relações comerciais nela realizadas. Vejamos:

“A cidade de Campina Grande que é hoje o maior emporio commercial do Estado, está a carecer de luz e força para a garantia de seu comercio. Expliquemo-nos. O contracto do município com a Empreza de luz aqui estabelecida, e somente para fornecer luz á cidade até 2 horas da manhã [...]” (Gazeta do Sertão- 10/05/1924, ano: XXXVI n° 20, p.2)

A matéria jornalística referenda a compreensão de que a luz fornecida não mais atendia as exigências do comércio que necessitava de um prolongamento de luz no seu fornecimento, haja vista a ação de “gatunos” durante a madrugada, que invadiam os prédios comerciais trazendo prejuízos aos comerciantes campinenses que pagavam o serviço e não viam retorno deste benefício cotidiano.

E o que seria não ter esse serviço ou ser ele precário? A elite campinense fazia intensas denúncias, demonstrando uma preocupação quanto a imagem vislumbrada por aqueles que iam a passeio ou até mesmo visando comercializar na região e a própria sociedade que exigia dos poderes públicos a luz elétrica de qualidade.

Como forma de justificar a necessidade de uma luz de qualidade que pudesse atender maior parte das ruas da cidade, a voz da elite associava à falta de luz a ação da criminalidade conseqüentemente a crescente ausência de segurança, e mais ainda ao comércio que também se via prejudicado por não poder prolongar as jornadas do dia no período da noite.

Já na década de 30, por deficiência dos motores, a energia elétrica é diminuída, sendo verificável uma irregularidade no seu fornecimento; nos últimos meses do ano de 1931 a luz desapareceu da cidade; uma iluminação pública que havia sido inaugurada na década anterior já convivía com sua inutilidade. Vez por outra, eram feitos reparos nos motores, mas a deficiência não era suprida efetivamente³².

A deficiência de motores não foi um elemento apenas visto no fornecimento de energia elétrica em Campina Grande. Para tomarmos um exemplo mais próximo, percorremos as impressões sobre a experiência da capital paraibana que, desde o início de sua efetivação em 1912, fora penalizada com a prestação de um serviço ineficiente e precário; as razões para tanto residem justamente nos poucos investimentos feitos nos equipamentos elétricos, na falta de engenheiros que fossem responsáveis pela manutenção, e mais o fato de a iluminação atender apenas às principais artérias da cidade.³³

A cidade de Campina Grande crescia consideravelmente enquanto os motores acabavam por se tornar insuficientes para atender à demanda crescente por mais energia elétrica: diante do alargamento da cidade: uma preocupação não apenas vista nas ruas, mas também nas casas daqueles que podiam pagar pelo serviço de iluminação, que o julgavam caro não valendo a pena pagá-lo.

Conseqüentemente, por ser um sistema que utilizava máquinas complexas e caras exigiam uma vultosa manutenção. As máquinas muitas vezes vinham da Alemanha e Suécia, levando assim um tempo considerável para chegar a Recife devido à morosidade do trajeto, para só assim serem enviadas à Paraíba.

A luz muitas vezes era falha devido às medidas empreendidas pelos governantes que para reduzir custos, reduziram também o número de lâmpadas ou

³² CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. 2ªed. Campina Grande: Caravelas, 1998

³³ MAIA, Doralice Sátyro ; Gutierrez, Henrique ; SOARES, M. S. M. . *A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX*. Fênix (UFU. Online), v. 6, p. 1-14, 2009.

privilegiavam determinados espaços, principalmente os freqüentados por um grande público em Campina Grande.

Um exemplo da redução da luz com o intuito da contenção de gastos data do ano de 1935, quando, mais uma vez, o prefeito Pereira Diniz manda retirar cerca de metade das lâmpadas da cidade, gerando grande indignação por parte da população, haja vista que neste período Campina Grande vivia um momento de grande expansão econômica, tornando-se um centro de comércio algodoeiro de destaque considerável no Brasil. (SOUSA, 2003: 140-143).

Neste contexto, não podemos nos esquecer de Cristino Pimentel e suas crônicas³⁴ que nos permitem pensar sobre o período em que as idéias de modernização e progresso se cristalizavam na mentalidade da elite campinense: representam reivindicações para o meio urbano, com ênfase no fornecimento de água tratada, esgotamento sanitário e limpeza das ruas; destacam também a iluminação da cidade. Sua crônica expressa a angústia da elite diante da falta de serviços por parte das instituições governamentais nas melhorias de uma cidade considerada tão importante como era o caso de Campina Grande.

“Sansonados vão brotando, os frutos da medida tomada, a título precario, pelo Dr. Pereira Diniz, contra a iluminação da cidade. As pombas negras do pavor já estão acercando dos habitantes da Rua Boa Vista [...]. Trata-se de arrancar um bando humilde de humanos das malhas rijas da escuridão que, receioso das causas que costumam se acoitarem no manto garaúna da natureza pedira ao Snr. Prefeito um pouco de luz [...]” (PIMENTEL, Cristino. “Coisas da Cidade”, *Jornal Praça de Campina*, pp.2 n° 4 – 21/10/1934.)

Assim, percebemos as incisivas críticas que foram feitas à gestão de Pereira Diniz (1934-1935) em relação à iluminação na cidade. Os jornais *A Praça de Campina*, *A Batalha* e *A Frente*³⁵ são fontes valiosas para a compreensão de como foram tecidas as querelas em torno da ineficiência da iluminação na década de 30 em Campina Grande.

³⁴ Ver SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. “Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas.” In: *A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural*.

³⁵ *Praça de Campina*: Jornal governista, dirigido por Raimundo Viana de Macedo e Lino Gomes Filho, editado em 30 de setembro de 1934. *A Batalha*: Jornal diário, iniciando sua circulação em 20 de setembro de 1934. Dirigido por Arlindo Correia da Silva, intitulado enquanto “líder comunista local” da cidade de Campina Grande. *A Frente*: Primeiro número do jornal publicado em maio de 1934, seguindo a mesma orientação dita “comunista”, mantida por alguns sindicatos.

O prefeito Diniz esforçou-se para sanar a dívida contraída pelo município à empresa de luz, segundo ele contraída por gestores anteriores. A falta de luz se constituía num retrocesso diante da importância da cidade no quadro comercial do Estado. Quando adquiria um novo motor gerador de energia ou alterações no contrato entre a empresa responsável pelo fornecimento da iluminação pública e a prefeitura, logo ficava estampado nas páginas dos jornais que o problema da luz havia sido solucionado.

“A cidade foi surpreendida com um magnífico ato administrativo do Dr. Pereira Diniz, que acaba de pagar o debito da Empreza de Luz, herdado de seus antecessores. Nós que já tivemos ocasião de discordar s.s; sentimo-nos a vontade em aplaudir este gesto que o recomenda à estima publica” (Jornal A Batalha “Estabilizando a situação financeira do município” 05/12/1934)

Pereira Diniz ficava isento da “culpa” da falta do fornecimento satisfatório de energia elétrica responsabilizando os prefeitos anteriores por não cumprirem o acordo selado nos contratos entre a empresa Luz e Força S.A e a prefeitura de Campina, assim quando o prefeito assume a gestão da cidade, busca amortizar a dívida.

Tais episódios reforçam a idéia de que para manter a nova fonte de energia não bastava puramente a sua implantação, mas, sobretudo, um conjunto de ações que implicassem o seu desenvolvimento: investimentos em equipamentos, conservação, distribuição e fornecimento da energia elétrica.

Na década de 1930 os prefeitos de Campina Grande já buscavam se inserir no ritmo das modificações pela modernidade, com a realização dos primeiros projetos e ações para a sua reforma urbana.

O prefeito Pereira Diniz em 1935 lança o decreto de nº 51³⁶ com projetos de remodelação da cidade em que deveria se modificar em grande medida seus aspectos materiais, visando construções e reconstruções para melhoramento da paisagem urbana. Em sua gestão é realizada a inauguração no cinema Capitólio,

³⁶ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cartografias da cidade: Campina Grande- 1920-1945. Universidade Estadual de Campinas, 2001. Doutorado em História. (pp. 279- 282). Ver ainda: CÂMARA, Epaminondas. Op. Cit.,121-122 e CABRAL FILHO, Severino. Modernização e trabalho: As dores do progresso. In: A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007. pp. 109.

construções de mais de um pavimento e o início da construção do Matadouro Público do Município.

Vergniaud Wanderley, em sua primeira gestão, (1936-1937) ³⁷ dá continuidade a remodelação da cidade, buscando seguir os parâmetros das demais capitais brasileiras. Seu objetivo inicial residia no estímulo à construção de prédios modernos em substituição dos casebres, estes últimos vistos como acanhados e sem gosto arquitetônico. ³⁸ Entre as várias obras efetivadas em sua gestão podemos citar a construção do Matadouro, Mercado Público, prédios em estilo *Art Décor* e a mais emblemática: a construção do Grande Hotel.

A partir daí, a meta seria dar uma nova roupagem a Campina Grande, e tudo aquilo que fosse anti-higiênico, anti-estético causador de uma aparência ruim nos “ares urbanos” deveria ser destruído, remodelado, dando lugar a uma nova imagem urbana. A precariedade da luz seria uma afronta à estética da cidade. Assim, influenciados por discursos modernizantes, os letrados campinenses queriam equiparar a cidade à capital brasileira; no entanto o mau funcionamento da luz tornava-se uma barreira para o progresso tão desejado.

1.2. CAMPINA GRANDE: ILUMINADA POR PROMESSAS

O jornal Voz da Borborema, que circulou entre 1937 a 1940³⁹, critica, quase duas décadas após a inauguração da luz elétrica, a precariedade da iluminação na cidade de Campina Grande. A cada edição, falando em nome do povo, publicava matérias manifestando a indignação dos comerciantes e da população da cidade, que se viam prejudicados no seu cotidiano.

O dia 14 de julho de 1937 tornou-se emblemático, pois marcou um movimento em frente à usina que fornecia a energia elétrica, localizada próximo à atual Praça Clementino Procópio: reivindicava-se melhorias no seu fornecimento. Desse modo, no dia 24, é vinculada na imprensa uma campanha por parte da União dos Comerciantes Retalhistas, pedindo à população que possuía luz em suas

³⁷ Em setembro de 1935 Antonio Pereira Diniz é exonerado, assumindo interinamente seu secretário Bento Figueiredo. Em dezembro do mesmo ano assume efetivamente Vergniaud Vanderley até 1937. (CÂMARA, 1998: 122-123)

³⁸ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Op. Cit., 284.

³⁹ O Jornal Voz da Borborema teve sua primeira Edição datada inicialmente no mês de julho de 1937 a 1940. Na direção de Acácio Figueiredo. Publicado bi-semanalmente, as quartas e sábados.

residências ou estabelecimentos comerciais que, em forma de protesto, cortasse o seu fornecimento de luz. Fazendo isto, os campinenses que de fato amassem sua terra e fossem desejosos de assistir o crescente progresso da cidade, contribuiriam para medidas eficazes de conforto com uma boa energia elétrica; quem fosse contra tal medida, não queria ver os benefícios que a cidade poderia gozar.

“O que a Empresa Luz e Força S/A vem fazendo com relação ao fornecimento de luz aos habitantes de Campina Grande, é uma demonstração evidente de injustificável desconsideração ao laborioso povo campinense. Pergunta-se: Ha quanto tempo vem a população supportando luz insuficiente para os menores misteres? Cresce a cidade, estragam-se os motores e a luz diminui consideravelmente...” (Voz da Borborema, 16/07/1937 .Campanha contra a má luz fornecida á cidade *Comunicado da União dos Comerciantes Retalhistas.*)

Tais medidas faziam parte do movimento popular liderado pela União dos Comerciantes Retalhistas juntamente com o Jornal Voz da Borborema. Através de protestos visavam uma resposta na melhoria ao fornecimento de luz em Campina Grande.

É neste sentido que, durante a gestão do prefeito Vergniaud Vanderley, ainda em 1937, foi divulgado mais uma vez no jornal da Voz da Borborema o problema da luz em Campina Grande; mas, neste dia, diferente dos demais, trazia declarações que poderiam mudar a realidade da luz elétrica. O engenheiro Thomaz Soares, gerente da empresa de luz deu declarações explicando os problemas vividos na empresa Luz e Força que também via o crescimento da cidade, mas os motores, devido ao grande tempo de uso, estavam estragados; as máquinas não tinham força suficiente para a geração de energia sendo fundamental a aquisição urgente de novas máquinas. Sobre o assunto, o jornal esclarece:

“Reclamações reiteradas dos consumidores junto á Empresa não surtiram o efeito desejado, e todas as nossas classes sociaes resolveram promover um movimento popular de protesto.

Mas o que tenho a dizer ao seu jornal, é que de nossos entendimentos com o Prefeito Vergniaud Wanderley, assentamos a compra de novas machinas para a nossa usina, que dentro em breve será aparelhada de dois possantes grupos Benz, de 325 H.P. cada um, acionados a óleo cru.

Em dois comícios ruidosos, diversos oradores concitaram o povo a providenciar por si mesmo esse ingente problema, e nosso jornal. [...] A nossa casa de força será inteiramente reformada, bem assim a rêde da illuminação publica.

Satisfeitos com as declarações do eng. Soares, achamos que não há mais motivo para o prosseguimento da campanha contra a má luz, de vez que a empresa toma a compromissode, dentro do prazo estabelecido no acordo com a prefeitura, fornecer-nos energia suficiente para o nosso conforto e necessidades publicas.” (Voz da Borborema, 04/08/1937. O problema da luz em Campina)

Com isto, Vergniaud Wanderley fez um acordo com a empresa Luz e Força, prometendo a compra de novas máquinas para a usina, com força motriz de 325 H.P acionadas a óleo. Ficava assim selado o acordo de que até novembro o problema da luz estaria amenizado. A imprensa ficaria de olhos bem abertos, esperando bons resultados, afinal a sociedade acreditava que as justificativas do engenheiro eram satisfatórias, tendo em vista que não poderiam responsabilizar apenas a empresa, pois era responsabilidade da prefeitura efetivar contratos, na medida em que se tratava de uma necessidade cara ao município.

No dia 16 de outubro era publicada uma nota no jornal Voz da Borborema que anunciava a chegada de novos motores vindos da Europa e chegariam a Recife no dia 18 do mesmo mês. Deveria se cultivar a paciência. Promessas e mais promessas eram feitas, não se sabia se os motores já haviam chegado a Recife ou se já estavam a caminho de Campina.

No jornal Voz da Borborema, edição de 30/10/1937, o cronista Fleury rememorava os comícios em praça pública empreendido pela União dos Comerciantes Retalhistas onde se pedia o corte das instalações particulares; neste momento deixava claro, o seu arrependimento por não terem aderido ao movimento, quem sabe não teriam sanado a falta de luz, ao pressionar os poderes públicos e a empresa.

“O prefeito Vergniaud tudo envidou para nos poupar do aborrecimento que as trevas nos proporcionam chegando a entabolar negociações com uma importante Companhia que poria luz especial em Campina Grande, sob modicas condições de pagamento, contanto que ficasse rescindido o contrato que a prefeitura tem com os atuais fornecedores de luz.

Naturalmente a empresa prometeu ainda dar luz em breve. Iniciou se um bello movimento popular nesta terra de innocentes, movimento esse que teve a animal e a prestigiosa classe dos Commerciantes Retalhistas, e veio como seria de esperar, o formal protesto de que, dentro dos celebrados breves dias teríamos luz para mandar para Borborema.

Os motores teriam sido encomendados e estariam installados até dias de Novembro. O rabiscador dessas linhas foi um dos que disseram: “E’ ruim uma luz ruim, é peor nenhuma luz” Neguei meu

apoio á medida suggerida de “cortar a luz”, e confesso, com sinceridade, e estou arrependido de não o ter feito naquelle tempo.

Sou de índole absolutamente pacata, mas me sinto revoltado com o desdém pela sorte do povo de Campina Grande, que não tem luz e paga uma das taxas talvez maiores do paiz.

O povo é eterno soffredor e eterno pagador. Mas usemos a expressão latina: “Patere quam ipse fecisti legém” (Voz da Borborema. Fleury, A luz de Campina Grande. 30/10/1937)

O Sr. Leonardo Arcoverde Filho, diretor da empresa Luz e Força, fez uma visita a Acácio Figueirêdo então diretor do Jornal Voz da Borborema, no intuito de dar outras explicações: promete desta vez uma energia de 500 para 1.160 H.P . Acreditamos ser interessante citar um fato curioso mencionado no jornal que veiculou a notícia: para o diretor da empresa ler a carta foi necessário acender uma vela conseqüência marcante da falta de luz.

“Ora imaginem, que ante-hontem, por ocasião da visita feita ao nosso diretor, pelo sr. Arcoverde, que ocorreu á noite, foi preciso que se accendesse uma vela para ser lida a carta que o alludido senhor trazia e que (franqueza) na situação em que nos achamos, longe está de corresponder a expectativa publica. O dr. Acacio Figueiredo não fez reservas quanto a isto. Manifestou a sua desillusão, a desillusão do povo campinense e do desejo geral de uma solução immediata a esse caso vellhissimo. Em conclusão: Campina Grande não pode continuar sem luz; e se tal acontecer, a nossa campanha adquirirá mais força e tenacidade. Assim o exigem os interesses prejudicados de uma população inteira.” (grifo nosso)(Voz da Borborema, 20/11/1937. O Problema da Luz)

Como a própria matéria ilustra o caso da precariedade do fornecimento de luz era antiga, uma elite que vivia a desillusão e o desejo de possuir uma energia elétrica de qualidade, Acácio de Figueiredo não escondeu o acontecido. Uma situação marcada pelo constrangimento.

Depois de alguns meses de espera inútil, o jornal Voz da Borborema retomou com mais afinco e indignação a luta por uma luz elétrica de qualidade. Nada ainda havia sido resolvido:

“Agora, porem, esse descaso está sendo humilhante para a população. Esta, praticamente, está privada de illuminação electrica ha muito tempo. Ante-hontem e hontem, se não fosse a lua, ninguem teria sahido de casa” (A cidade quer luz. Voz da Borborema, 17/11/1937)

Os motores, segundo os depoimentos vistos na imprensa eram “estragados, adquiridos de terceira ou quarta mão, como ferro velho” não sendo capazes de

satisfazer as necessidades da cidade. Sem falar da “oscilação incomoda e irritante”, e nos momentos que mais se precisava de luz ela faltava completamente.⁴⁰

A reação dos comerciantes veio mais forte. A União dos Comerciantes Retalhistas envia um telegrama solicitando medidas mais efetivas por parte do governo do Estado, trazendo as páginas do jornal “mais de duzentas assinaturas” como forma de apelo, haja vista a imprestabilidade do fornecimento de luz em Campina Grande. Percebemos que as assinaturas fazem referência a estabelecimentos comerciais e figuras pertencentes à burguesia da cidade, sendo estes os mais interessados.

É mister frizar que as discussões em torno da iluminação da cidade e sua precariedade não foram vistas apenas em praças públicas e na imprensa: ganhou maiores proporções ao torna-se um caso judiciário ainda em 1937. No dia 4 de dezembro de 1937, nas matérias referentes ao caso da luz⁴¹, foi possível vislumbrar a divulgação de uma nota por parte da prefeitura, que, por meio do advogado Otávio Amorim, executava uma petição pedindo a rescisão do contrato de 1931: entre as cláusulas exigia-se melhores motores, um tempo maior de fornecimento de luz, bem como uma voltagem de maior capacidade, lembrando ainda que as ruas mais afastadas careciam de luz.

O contrato de 1931, entre suas cláusulas, exigia que a empresa de luz na ocorrência de deficiência dos aparelhos técnicos e suas máquinas, em tempo hábil, deveria solicitar a aquisição de novas máquinas, cumprindo assim o contrato na medida em que não iria penalizar a sociedade campinense com a falta de luz.

Porém, no decorrer dos anos, a empresa não vinha cumprindo as exigências contratuais, a força motriz que em 1931 tinha com meta fornecer 500 H.P, em 1937 fornecia uma quantidade bem inferior a desejada. Entre outras queixas em relação à empresa havia uma que dizia respeito ao horário da iluminação, que não se efetuava na hora estabelecida e quando sim, era uma luz oscilante. Esses motivos apresentados na argumentação do advogado Otávio Amorim faziam a cidade “sofrer graves distúrbios” em vários setores sociais: educação, moradia, lazer, comércio e indústria.

⁴⁰ Voz da Borborema, 3/11/1937.

⁴¹ Semanalmente o Jornal Voz da Borborema trazia informações sobre o desenrolar dos acontecimentos acerca da luz elétrica com o título “O Caso da Luz”.

Percebemos claramente o impacto que vai marcar as mudanças vividas nas cidades que começavam a sentir os efeitos da modernização. Neste contexto, juntamente com a preocupação com a construção do sistema de água e esgotos, teremos a precariedade do fornecimento de luz, e seus desdobramentos tocarão não só o campo material, mas também o campo do sensível.

Os anos se passam e a problemática em se tratando da iluminação de Campina Grande ainda pulsa forte nas veias da elite campinense. O trecho abaixo clarifica o que se pretende expor:

“Algumas tochas espalhadas no perímetro de poucas ruas, como brazas dependuradas, não iluminam coisa alguma e dão à impressão de uma cidade decadente, em contraste a sua real opulência. A nossa cidade as escuras, outro não será o seu desejo senão de nos ver em franca decadência e inferioridade.” (Voz da Borborema, 6/04/1938, pg. 2).

O mesmo pode-se apreender de um letrado anônimo que, ao visitar a cidade, admira-a em vários aspectos, porém quando se refere à iluminação pública:

“O que é de lamentar sobre modo é o serviço da luz em Campina Grande, contrastando com seu grão de civilização e progresso.” (Voz da Borborema, 29/01/1938).

Como já anunciamos em outro momento, no intuito de resolver o problema da luz, a voz dos cronistas e jornalistas se tornou um veículo de denúncias. Hortênsio Ribeiro foi um dos tantos letrados que trataram desta questão com veemência.

As áreas mais afastadas não eram agraciadas com tal benefício e, vez por outra, as principais ruas dormiam na escuridão, sendo evidente a necessidade de luz fixa e de qualidade, satisfazendo a cidade como um todo. Embora contratos fossem renovados e/ou alterados, a população em pouco tempo já vociferava indignação com a precariedade da iluminação fornecida.

Hortênsio Ribeiro clarifica a discussão acerca da iluminação pública ao rememorar o ápice da reforma urbana empreendida por Vergniaud Vanderley, sofrendo sua demasiada inutilidade:

“Quando o prefeito Verniaud Wanderlei empreendeu a edificação do Grande-Hotel, às duas por três lhe observamos, que sem a luz publica campinense afigurava-se-nos, monumental e inútil, a gigantesca construção do hotel da cidade. A execução deste melhoramento implicava naturalmente na realização do suprimento

de luz á Campina.” (RIBEIRO, Hortênsio “Luz Publica de Campina Grande”, Voz da Borborema, nº 63, 31/08/1938, p.01).

O episódio acima reflete a contradição presente na busca da inserção nos parâmetros das cidades ditas modernas. Enquanto um hotel era edificado dando mais vida ao centro da cidade de Campina, para seu funcionamento de fato necessitava de luz de qualidade, logo configurando a precariedade da iluminação e conseqüentemente um obstáculo para o “melhoramento” da cidade.

As dificuldades em torno do fornecimento de energia elétrica não se encerram com os tramites judiciais, muito pelo contrário, não encontramos soluções ao nos debruçarmos nas fontes estudadas.

Nos anos finais da década de 30 continuam a presença das críticas nas páginas de jornal, crônicas, depoimentos. Aqueles que usufruíam de tal serviço acabavam por se unir visando um mesmo objetivo de que houvesse luz a qual pudesse suprir suas necessidades cotidianas, como também propiciar sua participação neste quadro de mudanças produzidas pela modernização tão em voga.

REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCURIDÃO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: UM DIÁLOGO COM JORNALISTAS E CRONISTAS.

“Luz é claridade. Luz é sol. Luz é irradiação. Luz é refulgência. Luz é vida. Parafrazeando o imenso Rui Barbosa, luz é ainda progresso. Luz é método. Luz é celeridade, luz é justiça.” (Cristino Pimentel)

Iniciamos nosso capítulo na fala de Cristino Pimentel o qual elaborou suas crônicas partindo de um projeto progressista que, entre outras coisas, desejava ver Campina Grande a cada dia mais iluminada. Uma iluminação que acima de tudo fosse efetivamente de qualidade. A partir desse trecho do cronista buscaremos trazer a discussão do que a luz significava para uma cidade que buscava se inserir nos moldes de um discurso de civilização e quais as representações construídas em torno da escuridão: símbolo da precariedade.

Sousa (2002: 281)⁴² nos fala das impressões acerca da recepção dos novos olhares sobre a cidade que são perceptíveis nas páginas dos jornais, que buscaram difundir projetos e idéias em se tratando da modernização. Pautados de denúncias e reivindicações junto aos administradores e o público, fizeram falar dos melhoramentos modernos empreendidos na cidade.

Quem pesquisa com jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento. (LUCA, 2010: 140)⁴³. Partindo deste pressuposto, nosso olhar sobre as fontes nos permite ir mais além do que um termo a mais para dar intensidade ao fato; elaboramos assim a reflexão do que significaria a utilização sintomática da palavra *treva*.

Ainda em referência ao nosso debate sobre o olhar mais detido em nossas fontes de pesquisas, podemos recuperar as considerações de Aranha (2001, 51: 53)

⁴² SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cartografias da cidade: Campina Grande- 1920-1945. Universidade Estadual de Campinas, 2001. Doutorado em História.

⁴³ LUCA, Regina Tânia. *Fontes Impressas* História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

⁴⁴ quando trata de como a adoção de determinados aparatos modernos, a saber, as estradas de ferro, que referenciavam a tão falada chegada do trem. Nesse sentido, os elementos modernos surtiram efeitos dos mais variados quando se pensava na cidade adquirir este ou aquele melhoramento, traduzidos muitas vezes, em sonho coletivo e grande desejo de novo.

Desta forma, ao pensar sobre as estradas de ferro e sua repercussão nos jornais da época nos deixa a contribuição metodológica:

“[...] O pesquisador não pode deixar se levar pela linguagem própria da época, com seus tons empolados, grandiloqüentes, dramáticos. Trata-se de provocar efeitos, e os letrados de então sabem carregar nas tintas para chamar atenção. Tudo não passa de jogo verbal para atingir o impacto desejado, uma encenação comum por ocasião dos embates em torno de um objeto disputado quanto uma estrada de ferro.” (ARANHA, 2001: 52)

Sendo assim, as considerações acima clarificam a necessidade de discernimento do pesquisador ao se deparar com uma linguagem dramática como pode ser vista em nosso trabalho. É importante perceber seus objetivos, argumentos, que visavam, sobretudo, mobilizar uma elite que queria a todo custo mostrar como a cidade de Campina Grande necessitava de uma iluminação de qualidade. Buscaremos assim apreender os significados impressos nos editoriais, crônicas e matérias afins.

A ausência de luz elétrica de qualidade em Campina Grande nas décadas de 1920 e 1940 causou na sociedade impressões das mais diversas. As representações construídas em torno da constante oscilação da iluminação podem ser vistas nas páginas dos jornais, como também acabou por refletir nos discursos elaborados pela elite desejosa de progresso.

Aguiar (1999: 211-212) ⁴⁵ nos traz informações quando nos fala em seu livro “A velha Paraíba nas páginas dos jornais” sobre a “iluminação pública e o imaginário do medo”. O autor recupera a experiência da iluminação na Paraíba desde a utilização do querosene até chegada da luz elétrica. De acordo com o autor, a precariedade do fornecimento de luz quando era a base de querosene se prolonga até o novo modelo de luz artificial. Desta forma, com a pouca iluminação nas ruas ou

⁴⁴ ARANHA, Gervácio Batista. Trem, modernidade e imaginário n Paraíba e região: Tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925) Campinas- SP, Agosto de 2001. Tese de Doutorado.

⁴⁵ AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. A velha Paraíba nas páginas dos jornais. João Pessoa: A União, 1999.

sua ausência total fazia surgir no imaginário coletivo inúmeras representações imagéticas para aqueles que corajosamente saíam à noite. Aguiar nos relata que a falta de luz era propícia ao aparecimento de almas do outro mundo e de duendes. Muitas histórias de assombração eram difundidas entre as crianças e adultos que ficavam apavorados em ouvir tais histórias relacionadas, por exemplo, a um frade sem cabeça que costumava ser visto, tarde da noite, rezando ajoelhado ao pé do cruzeiro de São Francisco.⁴⁶ O debate prossegue quando o mesmo atribui à chegada da luz elétrica como à responsável pelo crescente desaparecimento de fantasmas e almas do outro mundo. No entanto acreditamos que o historiador em debate não presenciou as querelas em torno do fornecimento de energia elétrica em Campina Grande. Podemos verificar que os letrados de Campina Grande não associavam a falta de energia elétrica a medos sobrenaturais, mas a medos concretos, de violência física, por exemplo.

Quando tratamos do medo podemos estabelecer um diálogo com Delumeau (2009: 11-30)⁴⁷ historiador que se debruçou na pesquisa histórica sobre o medo. Como nos mostra o autor o medo “é inerente à nossa natureza, ele é uma reação normal, uma fortaleza essencial, uma garantia contra os perigos e as surpresas ameaçadoras, um reflexo indispensável permitindo ao organismo de se mobilizar e de escapar-se, provisoriamente, da morte.”

Delumeau (2009:23), citando Roger Caillois, enfatiza que o medo das espécies animais é único, idêntico a ele mesmo, imutável: aquele de ser devorado, “mas o medo humano, filho de nossa imaginação, não é um, mais múltiplo; não é fixo, mas perpetuamente mutável”. O autor assim verifica a necessidade de escrever a sua história, tendo em vista que o medo faz parte do ser humano e suas relações sociais, podemos recuperar a frase de Jean-Paul Sartre: “Todos os homens têm medo. Todos. Aquele que não tem medo não é normal; isso não tem nada a ver com a coragem”.

Vale ressaltar que quando tratamos da experiência campinense o medo se produz em associação a precariedade da luz elétrica que é em grande medida artificial, tendo em vista que o medo se elabora enquanto uma estratégia dos

⁴⁶ Idem

⁴⁷ DELUMEAU, Jean. A história do medo no ocidente 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

letrados para chamar a atenção ao problema da eletricidade na cidade, caracterizada por uma projeção bastante interessada.

Neste sentido, podemos refletir que com a chegada da modernidade novos medos foram produzidos no cotidiano dos habitantes da cidade. Pensamos a produção do medo coletivo, mas precisamente, as impressões causadas pela avalanche de modificações trazendo a implantação de uma série de aparatos modernos, assim como as mudanças vislumbradas nos ritmos da cidade, refletindo toda uma dinâmica moderna.

Devemos pensar a modernidade trazendo como elemento primordial o desejo do novo que se faz presente, o qual não pode ser absolvido instantaneamente, onde percebemos uma assimilação paulatina. Tudo que é novo surpreende, assusta, traz impactos, cria novas sensibilidades sobre a cidade.

Através da leitura da historiografia paraibana quando trata do processo de modernização urbana, fica evidente uma forte preocupação por parte dos gestores e intelectuais empreendidos nas modificações impostas pelo novo cenário da cidade, mais precisamente, a sua crescente modernização. O objetivo era mudar radicalmente aspectos os quais representassem o atraso; desejavam, sobretudo, ampliar suas reformas construindo um novo olhar sobre a cidade, seguindo a risca a esteira de outras cidades brasileiras.

A partir daí, se deve a importância atribuída à iluminação elétrica, a mesma atestava o progresso e civilização. Uma cidade para ser considerada efetivamente moderna deveria possuir elementos que a caracterizassem como tal, logo a ausência deste melhoramento ou sua ineficiência ficava perceptível uma lacuna que impedia atingir o progresso tão desejado.

Recuperando Aranha (2003:122) no caso europeu o grau de civilização de determinadas cidades era mensurado através da quantidade de gás consumido. Embora não tratemos da iluminação a gás, é importante lembrar esta na sua gênese foi tida como um moderno sistema de iluminação antecedendo a luz elétrica que veio suplantá-lo. O que queremos enfatizar é justamente a importância atribuída à iluminação no contexto de modernização, seja em grandes capitais européias, seja no caso do Brasil.

Neste sentido, a noite escura tocou o campo do sensível daqueles que buscaram se inserir no perfil das grandes capitais brasileiras. O imaginário do medo

é evidente como veículo de representação do que significava uma luz que já surgira falha e insuficiente.

Para compreender como essa precariedade será sentida pelos homens, produzindo sensações como o medo, emoções, desejos, esperança, recorreremos ao conceito de imaginário, representação e sensibilidade na medida em que, os homens em seu tempo-espaço puderam construir representações para alicerçar a sua realidade.

Como propõe Pesavento (2003:40-43) ⁴⁸, as *representações* podem dizer mais do que elas mostram ou enunciam, na medida em que, elaboram sentidos que são construídos social e historicamente. A representação nos ajuda a desvendar a realidade do passado apreendendo as construções imagéticas e discursivas, entendendo como os homens expressam a sua realidade e o mundo em que vivem. O exercício de representar o representado consiste justamente na elaboração de um reflexo das práticas vivenciadas pelos homens no tempo. Sobre o imaginário percebemos que este comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, sendo construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças, agindo como meio de organizar o mundo em que se vive. ⁴⁹ Sendo assim, o imaginário traz em si um conjunto de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em várias épocas, puderam construir para si, dando sentido ao seu mundo.

Segundo Le Goff (1990) ⁵⁰, o imaginário se elabora enquanto forma de realidade. Assim, as representações vistas no imaginário são capazes de induzir e pautar as ações humanas, desta forma tudo que o homem considera real faz parte do próprio imaginário.

É mister frizar que o imaginário estabelece uma estreita relação com o cotidiano da vida dos homens. Desta forma, compreendemos que esse imaginário muito tem a nos dizer acerca dos sonhos e elaborações mentais que são construídos sobre determinadas coisas que de fato não existem. “Há um lado do

⁴⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

⁴⁹ Idem

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. A História Nova. [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

imaginário que se reporta a vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real”.⁵¹

Tratar da experiência vivida pelos homens em outro momento histórico não é uma tarefa fácil para o historiador. O campo das sensibilidades nos ajuda a enveredar por redutos que estão fortemente associados dos sentimentos, emoções e desejos, elementos que perpassam as representações acerca do mundo vivido pelos homens que os produziram. Elementos presentes nas falas daqueles que recepcionaram pioneiramente a luz elétrica.

Ao dialogarmos com Pesavento (2004)⁵² vemos que a História Cultural traz em seus domínios as subjetividades: elemento que passou a ser campo fundamental de exploração do historiador. Neste sentido, é recuperada a experiência histórica pessoal e coletiva que resgatam dos homens suas emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, e é a partir daí que os homens aprendem a sentir e pensar o mundo através de suas razões e sentimentos. Desse modo é fundamental entender que as sensibilidades se tornam núcleo primário da tradução da experiência humana, vista, sobretudo, dentro das representações elaboradas no imaginário social. Assim, os sentidos brotam no íntimo de cada indivíduo. Compreendemos claramente que refletir sobre as sensibilidades dos homens do passado exige de nós a alteridade em se tratando da temporalidade já escoada. Desta forma, é importante perceber as diferenças no que diz respeito aos códigos e valores dos homens no tempo.

Ainda sobre a forma de apreensão das emoções e dos sentimentos, não podemos nos esquecer que esses sentidos devem ser expressos e materializados para que assim o historiador, possa resgatá-los. Teremos, nesse caso, como fonte de registro e ações, as crônicas, os relatos de memorialistas e as matérias publicadas nos jornais.

“Toda experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve oferecer a leitura enquanto fonte, deve se objetivar em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem

⁵¹ LE GOFF, Jacques. Op. Cit. 291-292.

⁵² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos: I Journée d’Histoire des sensibilités, EHESS, 04/03/2004.

como manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva.” (PESAVENTO, 2004:4) ⁵³

Assim sendo, as marcas da historicidade são vislumbradas a partir de imagens, palavras, textos, sons, práticas, nomeadas por Pesavento de evidências sensíveis. Com isto, estaremos partindo de um olhar detetivesco, na medida em que buscamos interpretar sinais, produzindo sentidos que nos proporcione a aproximação dos homens do passado, entendendo o porquê do medo, desejos, esperanças e sonhos.

Não basta apenas ter conhecimento de tais sensibilidades, faz-se necessário algo que fundamente sua tarefa, dando prova e legitimidade ao discurso historiográfico. Desta forma, estudar o sensível não é sentir da mesma forma, afirma Pesavento (2004) ⁵⁴, é apenas explicar como poderia ter sido pelos rastros apreendidos.

Notadamente a implantação da luz elétrica promove como conseqüência um novo olhar sobre a cidade e seus hábitos noturnos. O trabalho nas indústrias, o comércio, as docerias, teatros, cinemas requerem a utilização dessa nova fonte de luz artificial moderna, construindo assim uma tênue distância entre os ritmos do dia e da noite. A vida social ganha outras dimensões assim como a vida privada, traços ligados ao conforto, ao crescimento populacional, à modernização. ⁵⁵

A eletricidade desta forma surge como elemento de segurança, tendo em vista que as ruas imersas na escuridão contribuíam para a ação dos criminosos, assim como atos de vandalismos praticados por boêmios que atravessam o perímetro urbano após seus divertimentos noturnos. Aumentava as jornadas de trabalho, na medida em que a luz elétrica se tornava maquinaria do prolongamento do dia, servindo à lógica capitalista; e, mais ainda, às possibilidades de diversão noturna: passeios em bares, praças, cinemas.

Nas matérias no jornal analisado, percebemos o forte apelo da elite campinense em favor de uma luz de qualidade, carência sentida, principalmente no período noturno. As zonas escuras traziam constante insegurança a algumas ruas

⁵³ PESAVENTO, Sandra Jatay. Op. Cit, 04/03/2004.

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatay. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos: I Journée d’Histoire des sensibilités, EHESS, 04/03/2004.

⁵⁵ RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade: O império das luzes artificiais” (pp.97-101). Tradução de Eveline Bouteiller Kavakama. In Projeto História. 1999.

da cidade. No ano de 1934, a ação dos ladrões assustava a população, muito embora, neste ano Campina Grande não fosse uma cidade marcada pela violência urbana, fato que não deixava setores da população isenta do medo.

Os jornais a *Praça de Campina* (1934) e *A Batalha* (1934)⁵⁶ traziam a seção de cartas de leitores sob o título “*com o sr. Prefeito*” nas quais eram solicitados serviços de interesse público, entre os quais podemos citar reivindicações por luz elétrica em algumas artérias da cidade:

“Moradores da rua da Floresta, reclamam a falta de três postes de luz, naquela arteria e na travessa da Rasão. Naquela zona escura, tem se registrado vários furtos, pasando aqueles habitantes uma vida de insegurança. Ficamos certos que o Sr. Prefeito atenderá a justa reclamação.” (*Com o sr. Prefeito. A Praça de Campina, 1934*)

Em outra ocasião no jornal *A Batalha* (1934) verificamos, mais uma vez, a reclamação da ausência de luz, na referida rua da Floresta, citada anteriormente:

“Estiveram em nossa redação, varios moradores da rua da Floresta, que reclamavam a falta de três postes de luz, no trecho compreendido, entre as casas nos. 278 á 364, que por falta de luz, tem sido muitas vezes ameaças de roubos. Esperamos que o Sr. Prefeito tome medidas urgentes.” (*Com o sr. Prefeito. A Batalha, 12/12/1934*)

Verificamos assim que a ausência dos três postes de luz prejudicavam em grande medida os moradores da rua da Floresta (atual João Lourenço Porto) que devido a ausência total de luz nas ruas, os moradores se sentiam a mercê de furtos e ações de criminosos. Estamos tratando de uma rua situada nas imediações do centro, assim a Rua da Floresta possuía moradias as quais pertenciam em grande medida a elite campinense. É recorrentemente citado no jornal em discussão o relato da ação de ladrões que se aproveitavam da falta de luz para cometer seus delitos, compreendemos que se tratava, sobretudo, de articulações pautadas em jogos de convencimento por parte dos jornalistas que servia como estratégia para chamar a atenção dos leitores, diga-se de passagem, da elite, dos males possíveis que a falta de luz de qualidade poderia acarretar.

⁵⁶ *Praça de Campina*: Jornal governista, dirigido por Raimundo Viana de Macedo e Lino Gomes Filho, editado em 30 de setembro de 1934. *A Batalha*: Jornal diário, iniciando sua circulação em 20 de setembro de 1934. Dirigido por Arlindo Correia da Silva, intitulado enquanto “líder comunista local” da cidade de Campina Grande.

A segurança noturna surge neste contexto como forma de reduzir a ação de supostos criminosos em decorrência da falta de iluminação nas ruas. Quando na década de 1930 a cidade começa a crescer, também cresce na mesma proporção a insuficiência no fornecimento de luz; desta maneira, a sociedade passa a exigir um maior número de guardas noturnos, refletindo assim a insegurança: estes guardas tornavam-se sinônimos de tranqüilidade e proteção contra as “trevas” campinenses.

“Em face a ausencia de luz, facilitando a investida dos malfeitores, não só em escuras viélas, mas também nas ruas mais centrais da cidade, a Segurança Noturna tem sido uma sentinela indormida a velar constantemente pela nossa tranqüilidade. O apito dos guardas nos traz sempre a confiança a um sono calmo e reparador.” (Voz da Borborema. “Segurança Noturna”. 19/03/1938)⁵⁷

A precariedade da iluminação em Campina Grande nos anos seguintes a sua implantação fazia parte das queixas de uma elite que buscava modificar seus hábitos, com o desejo de ver a Rainha da Borborema com seu crescente empório comercial incrementada pela diversão e lazeres noturnos. Uma vida noturna que, segundo relatos da época, estava paralisado, devido ao constante oscilar de luz ou sua ausência completa.

Aqueles que percorriam as ruas e avenidas centrais durante a noite corriam sérios riscos, pois “a cidade tem provocado verdadeiro terror, mergulhada, como está, na temeridade das trevas”.⁵⁸

O medo era perceptível, reflexo da falta da iluminação pública. Medo associado à violência das ruas marcadas pela escuridão. Desta forma, percebemos nas matérias analisadas, entre crônicas, manchetes e editoriais, muitas vezes intitulados de “o Caso da Luz”, a presença recorrente do termo “trevas”.

Para tanto acreditamos que as trevas significavam na fala da burguesia, um verdadeiro atraso em se tratando de iluminação, comprometendo, conseqüentemente a cidade “civilizada” e “progressista”. Desse modo, as trevas maculavam, na ótica dos letrados, todo o progresso econômico o qual vivia a cidade. A elite acreditava que os comerciantes que vinham à cidade, poderiam construir uma

⁵⁷ O Jornal Voz da Borborema teve sua primeira Edição datada inicialmente no mês de julho de 1937 a 1940. Na direção de Acácio Figuerêdo. Publicado bi-semanalmente, as quartas e sábados.

⁵⁸ Voz da Borborema. Campina Grande e a sua Iluminação. 9/4/1939.

imagem negativa por perceber a carência de um serviço visto como tão importante empreendimento para as cidades modernas.

“A população campinense está perdendo a paciência com a falta de luz. O escarneo da Empresa aumenta dia a dia, e não há uma esperança de solução, ao magno problema, por parte da mesma. Não é possível, porém, que uma cidade como Campina Grande, continue mergulhada nas trevas.” (Voz da Borborema, 9/04/1938) (grifo nosso).

O trecho acima vem referendar que as *trevas* refletiam em grande medida o atraso quando comparado a outras regiões. Não havia mais paciência em esperar medidas, pois já se estava no ano de 1938 e o problema não havia sido solucionado substancialmente. Tornava-se a ordem do dia: reclamar, reivindicar, cujo apelo se fazia uníssono na luta por um fim das trevas, logo, da precariedade do fornecimento de luz.

“Até quando reinará a treva em Campina Grande? Não é possível que um centro comercial, da envergadura desta cidade continue imerso na escuridão, e inteiramente a mercê duma empresa que abusa do povo e dos poderes públicos municipais e estaduais” (Voz da Borborema, 18/05/1938) (grifo nosso)

As trevas ainda podem ser vistas como penitência pela qual os campinenses deveriam passar ou até mesmo castigos que estes estivessem a receber. Era importante de fato, suportar; afinal, eram cidadãos inocentes e resignados. Um dia um raio de luz, rasgaria as trevas em que os campinenses viviam. Atentemos para o tom irritado e ao mesmo tempo irônico do jornal Voz da Borborema em um de seus editoriais sobre o “caso da Luz”.

“Não sabemos mais, de que maneira possamos verberar contra a indesejável iluminação que a Empresa Eletrica S.A. , desta cidade, vem fornecendo, de longa data, á população campinense.

As campanhas acirradas com que o povo, o comercio e os jornais da terra se teem movimentado em justas reclamações e energicos protestos pela falta de bôa luz ao nosso meio, não conseguiram impressionar, ainda, um só instente, os senhores concessionarios da prefalada Empresa, que assistem, a tudo, indiferente e desdenhosamente, prometendo apenas...

O que nos resta a fazer agora?!

Suportamos, sempre... sempre... e pacientemente tão deselegantes tapeações segundo as quais a E.L.F.S.A. vem nos “enchendo as ventas de fala”!

Isto, não!

[...] Como diziamos, não sabemos como se conseguirá ver, um dia, a bela cidade serrana que é Campina Grande, illuminada de molde a impressionar bem o quantos aqui teem aportado cotidianamente. Está claro, pois, que aos responsáveis pela referida Empreza pouco se lhe da venha ou não a nossa terra resvalar no declínio da decadencia, pela falta de iluminação!...”(Voz da Borborema. Campina Grande continua irremediavelmente às escuras. 21/05/1938)(grifos nossos).

Sublinhamos a preocupação da elite em mudar os rumos da falta de luz na cidade de Campina Grande. Parece-nos que tudo havia sido feito, as esperanças talvez não mais existissem, haja vista a indiferença da empresa de luz responsável por um fornecimento satisfatório. Campina Grande, de acordo com os relatos, ao invés de caminhar para os redutos do progresso, caminhava efetivamente em direção contrária, esta marcada pela decadência, por conta da falta de iluminação.

Os campinenses poderiam padecer caso quisessem ir ao cinema, pois quando a energia funcionava neste espaço, a luz em outros lugares eram suprimidas no intuito de fornecer uma energia de qualidade razoável para o cinema. “Sucedo também que a Empresa, cuja energia não chega para satisfazer á do contrato ainda mantém contrato com o Capitolio de forma que quando funciona... é, brasa na colher na cidade inteira!”⁵⁹

Mais uma vez, a falta de luz na sua “treva mais densa” era a forma mais comum vista no jornal Voz da Borborema sobre a iluminação na cidade.

“Pesar dos esforços empregados por quem de direito, como já noticiamos, no nosso ultimo numero, a cidade continua mergulhada na treva mais densa, com a sua vida noturna completamente paralizada. Estamos sem luz de especie alguma. Têm sido constantes as reclamações. No desempenho da nossa missão, nenhum proposito temos com os fornecedores da luz da cidade, apenas nos fazemos éco das queixas e clamôres do povo campinense, que não pode nem se acostuma a viver numa cidade em completa escuridão.”(Voz da Borborema. “A cidade em completa escuridão”. 19/10/1938.)

A matéria acima reflete o sentimento de perda. Perda, na medida em que, mesmo com as constantes reivindicações e notícias publicadas diariamente na imprensa, não mudavam os rumos da luz da cidade. Os ritmos e os lazeres noturnos não poderiam ser prolongados até a noite, haja vista que as principais ruas

⁵⁹ O Rebate. A Empresa De Luz De Campina Grande Continua em Verdadeiro Estado de Imprestabilidade. 16/01/1937.

permaneciam na escuridão. Atentamos ainda para o fato de que, mesmo vivendo durante períodos constantes de falta de luz, os campinenses não se acostumavam a viver sem energia elétrica. Era praticamente impossível aproveitar a noite: “As famílias estão se esquivando, e com justa razão de sair às praças, nos passeios públicos, atemorizados com a escuridão, sob que se vêm imersos todos esses recantos das nossas arterias urbanas”.⁶⁰

O temor sempre é enfatizado quando se projeta o usufruto noturno da cidade, pois as ruas não possuíam iluminação suficiente. Remete-se ao medo originado com a oscilação da luz; imagina-se situações de risco, causando malefícios: a vida parecia correr perigo.

A partir daí, podemos compreender como os letrados campinenses recorreram à escuridão para introjetar o medo no inconsciente coletivo. O medo, sentimento imprescindível às representações em torno de uma Campina Grande desejadamente moderna.

Neste sentido, podemos recuperar as considerações de Cabral Filho (2009: 40-54)⁶¹ quando nos fala acerca de como foram produzidas as representações de uma cidade que desejava seguir os padrões das grandes metrópoles brasileiras. O texto nos tem muito a dizer, na medida em que nos mostra como o discurso da elite estava fortemente pautado nos projetos modernizantes os quais, em muitas vezes, ultrapassavam as possibilidades reais da cidade, ganhando projeções imaginárias. Muito se constrói partindo de modelos e adoção de códigos que ditavam as próprias regras da modernização da cidade de Campina Grande.

O discurso da elite falava em nome de toda a sociedade, pois os letrados que eram conhecedores do cenário mais amplo brasileiro que vivia o advento da modernização desejavam atribuir tais características a todo custo à cidade de Campina Grande. Desta maneira passa a ser compreensível as necessidades de uma luz elétrica de qualidade, esta em grande medida fazia parte dos desejos da cidade que através de seus aparatos modernos atestavam o seu grau de “civilização” e “progresso”.

⁶⁰ Voz da Borborema. “Campina Grande e a sua iluminação. 09/04/1939

⁶¹ CABRAL FILHO, S. . A cidade desejada: Campina Grande, imagens e história. In: Antonio Clarindo B. Souza; Eugênis M. Dantas; Iranilson B. de Oliveira; Joel C. S. Andrade. (Org.). Cultura e Cidades. 1ª ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2009, v. , p. 40-54.

O medo da população, marcadamente a elite campinense, em noites de festa, era insuportável: com o propósito de iluminar as ruas centrais, as demais localidades permaneciam às escuras; a tensão se intensificava entre as 18:00 e 20:00 horas, pois era nesse período que “quando mais se precisava de luz esta mais falhava”. De acordo com o jornal a população via esta deficiência como algo inadmissível, e a empresa fornecedora nada fazia pra alterar esse quadro, agindo indiferentemente apesar das reclamações.

Ao nos debruçarmos sobre os jornais, verificamos que uma das razões para a precariedade do fornecimento era atribuída a certo “tráfico de influências” para a iluminação de determinados estabelecimentos comerciais. Traço dessa medida residia na seletividade de privilegiar alguns espaços em detrimento de outros. Pois,

“Ha certos abusos inqualificaveis. Esse, por exemplo, de se deixar varios quarteirões da cidade ás escuras porque um propagandista contrata a energia de que dispõe a nossa inefavel empreza de luz para a iluminação da frente de seus estabelecimento e suas adjacências. Ha quatro dias que as ruas Irenêu Jofilly, João da Mata, Afonso Campos, dr. João Tavares, 13 de Maio, etc., etc., estão literalmente imersas na escuridão.

Reclamações e mais reclamações nos estão chegando dos diversos habitantes desta cidade, imensamente prejudicados com essa “absorção” da luz publica e particular com a anuência reprovavel de uma empreza cuja deselegancia e desidia ao mais comesinho preceito contratual roça pela extravagancia.

Segundo estamos informados as pessôas que vêm sendo prejudicadas com esse inominável monopolio da luz campinense vão dirigir-se ao prefeito Bento Figueiredo, a fim de exorar do chefe do executivo municipal as necessarias providencias.” (Voz da Borborema. “Continúa a escuridão”. 15/10/1939)

É importante compreender que a falta de luz em Campina Grande se torna tão recorrente que ao recuperarmos mais uma crônica de Cristino Pimentel verificamos a banalização do caso, na medida em que, ao tratar de outras questões relacionadas ao aspecto de organização do espaço urbano e seu embelezamento, faz uma crítica contundente ao fornecimento de luz na cidade, como se não fosse mais surpresa de deparar com o constante oscilar de luz.

[...] Um sol muito aberto ajuda a pupila, embora que ela só se dilate mais á noite para, como os gatos, vêr melhor. Digo que ajuda a pupila porque põe a descoberto um sujo posto no canto ou uma nodoa que a noite encubra. Isto ninguem discute porque se sabe qual o destino da noite especialmente em Campina Grande, que a

iluminação em vez de” aparecer aos olhos da noite”, se assemelha a um rosário de mandingas no pescoço de uma feiticeira.” PIMENTEL, Cristino. Coisas da Cidade. Voz da Borborema, 05/02/1938)

A partir da crônica de Cristino Pimentel podemos recuperar as representações construídas em torno da “fada elétrica”⁶² que surge nas Exposições Universais como sendo capaz de milagres modernos por suas transformações técnicas construídas pela sociedade industrial. A simbologia remete a fada que com apenas um toque da sua “varinha de condão” era capaz de fazer uma lâmpada elétrica funcionar, vinda do céu para construir toda a magia da tecnologia da eletricidade. A eletricidade foi considerada pelos contemporâneos dos séculos XIX e XX a “grande fada” que espalhou o maravilhoso e o prodígio por toda a Exposição de 1889 e 1900, seus efeitos eram vistos como verdadeiros milagres mecânicos que se confundiam entre o sonho e a realidade, trazendo assim todo o poder do fenômeno elétrico.

Por conta da cidade de Campina Grande conviver com as constantes oscilações de sua iluminação acabava por associar, pejorativa e preconceituosamente, aos malefícios atribuídos as feiticeiras. Assim, a iluminação da cidade era vista como um “rosário de mandingas no pescoço de uma feiticeira”, algo visto em seu aspecto mais negativo, seguindo o qual o mal se caracterizava pela carência de luz.

Devemos lembrar ainda do desejo desses letrados de ver a cidade apresentada aos seus habitantes e visitantes com ar de “progresso” e “civilização”, e se por algum motivo “algumas tochas” davam a “impressão de uma cidade decadente”, ela não podia acompanhar o ritmo de algumas cidades em franca civilidade, uma preocupação notável nos discursos da elite. Campina Grande por ser composta de muitos intelectuais e letrados que tinham contato com outras regiões brasileiras as quais viviam considerável expansão no tocante à modernização, se viam na militância de trazer as benesses do “progresso” para a sua cidade.

Diante disso, merecemos destacar um editorial publicado na Voz da Borborema em 18 de junho de 1938, que nos mostra de forma emblemática a caminhada de Campina Grande para atingir o patamar da “civilização”. Como se não

⁶² Sobre essa expressão “fada eletricidade” é possível recorrer a: BARBUY, Heloisa. A exposição Universal de 1889 em Paris. Programa de pós-graduação em História Social da USP. Edições Loyola. São Paulo, 1999 e GUERREIRO, Antônio. Exposições Universais Paris 1900. Edição: Expo Lisboa 98. Lisboa, 1995.

bastasse à luz ineficiente, os funcionários que prestavam serviço à empresa Luz e Força S.A, ainda constrangiam os moradores, ao serem submetidos ao serviço mau feito pela empresa de luz.

“Nada é mais revoltante, atualmente, em nossa terra, do que o insolúvel problema da “Luz”.

A cidade tem vivido nesses últimos tempos, numa constante escuridão. A população já está farta de tanto esperar e confiar nas infinitas promessas da Empresa.

Numa das ruas desta cidade, em frente ao Grupo Escolar Solon de Lucena, onde passa uma rede da iluminação elétrica, os zelosos funcionários da Empresa de “Luz”, estão aplicando ultimamente os paralelepípedos no calçamento, que a Prefeitura com zelo e capricho faz com o mais perfeito acabamento, para o serviço de esticar as suas redes, afim de não se chocarem os fios uns contra os outros. Tal situação é lamentável para uma cidade como Campina Grande, pois além de não termos luz, a empresa que assumiu a responsabilidade para dota-la desse melhoramento, cada vez mais procura humilha-la com semelhantes abusos. E assim, sempre sem luz e com as pedras do calçamento servindo de macacos á Empresa, Campina marcha garbosamente para a civilização” (ALMEIDA, Possidio R. de. A nova função das pedras do calçamento. Voz da Borborema, 18/06/1938)

Fica evidente que uns dos projetos urbanísticos que objetivavam o nivelamento das ruas, com a crescente transformação de ruas estreitas e labirínticas em ruas largas e aformoseadas faziam parte das reformas urbanas empreendidas pelos gestores de Campina Grande⁶³. Nesse contexto, o mau serviço prestado pela companhia que fornecia a luz elétrica ainda atrapalhava outros empreendimentos voltados para a modernização da cidade. O próprio título do editorial nos tem muito a dizer: “A nova função das pedras do calçamento” destacando que além das ruas calçadas e largas, facilitarem a circulação dos comerciantes e automóveis e seu incremento do espaço urbano nas relações cotidianas, ainda servia como paliativo para medidas que visavam o fornecimento de luz, que em grande medida, iam contra a estética e arquitetura do centro da cidade.

O articulista é irônico, na medida em que critica a utilização das pedras para a serventia de macacos a empresa Luz e Força S.A, a cidade caminhava lentamente ao nível de civilização tão desejado.

⁶³ Ver SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cartografias da cidade: Campina Grande- 1920-1945. Universidade Estadual de Campinas, 2001. Doutorado em História. Ao tratar do “bota-abixo” da cidade de Campina Grande.

Retomando as impressões causadas na recepção da luz elétrica e suas implicações nas sensibilidades dos homens campinenses, podemos reproduzir a fala destacada por Cabral Filho (2007: 109) ⁶⁴ através do texto poético do médico Severino Bezerra de Carvalho que rememora suas lembranças acerca da iluminação de Campina Grande.

Oh, a poesia das noites campinenses, com as luzes dos postes (e também das casas) naquele oscilar constante, entre um rosa tênue de brasa quase extinta e a quase azulescência de uma estrela!... Era o malabarismo permanente da voltagem, agora em 80 e logo, logo em 180 volts. Oh, a doçura de passear, a mão na mão da namorada, por aquelas ruas e ruelas, não direi penumbrosas, porém um tanto ou quanto vagalumeantes, ouvindo aqui e acolá um piano machucar um “Pour Elise” ou um trecho de Mozart!...”

O médico Severino Bezerra de Carvalho décadas após o acontecimento narrado rememora com romantismo e saudade a sua juventude ao lado se sua amada nas noites campinenses que mesmo com o oscilar constante de luz ainda o trazia boas lembranças, mesmo na sua ausência era possível iluminar precariamente “vagalumeantes” as noites dos namorados. As impressões são marcantes, na medida em que, a esperança flui com as emoções do inconsciente do autor. É perceptível a idealização em se tratando dos novos aparatos modernos, onde vislumbramos os limites que perpassam o próprio ideário de modernização.

Consideramos assim, que as emoções fluem e se tornam consistentes quando a elite se depara com situações de medo e de atraso. Os limites refletem a dificuldade se construção da dinâmica da vida social nas suas mais variadas esferas.

Merecemos citar o mês de agosto de 1938, quando o prefeito Bento Figueirêdo (1938-1940) modificou os rumos da energia elétrica em Campina Grande. Por meio da celebração de um novo contrato para o fornecimento de energia elétrica para a cidade com a empresa Luz e Força S.A.

“O poder público municipal, com verdadeira compreensão de trata-se de um problema da maior evidencia para uma cidade como Campina Grande, teve a grande preocupação de acautelar os interesses da coletividade, no sentido de assegurar uma luz compatível com os

⁶⁴ CABRAL FILHO, Severino. Modernização e trabalho: As dores do progresso. In: A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007. pp. 109.

nossos fóros de gente civilizada.” (grifo nosso). (Voz da Borborema, nº 62, 27/08/1938. p. 03)

Assim, tido como um contrato substancialmente importante foi publicado também no jornal mencionado as alterações do contrato de 1931 para que o público pudesse verificar as modificações. Desse modo, dentro de noventa dias a contar da data da publicação, um novo motor iria funcionar, mas com força de 330 H.P, ficando ainda a promessa de posteriormente estar funcionando um motor com força de 1200 H.P, sob pena de pagamento de multa ao município caso não efetuado o acordo.

Pouco importava se o empreendimento realizado era de responsabilidade do prefeito Bento Figueirêdo, mas este último, segundo o discurso da imprensa, fora capaz de realizar o que muitos outros governantes não foram capazes o suficiente de fazer, algo que trouxesse benefício à cidade diante do problema em discussão. O trecho abaixo contribui em grande medida para compreendermos a importância atribuída a esse administrador.

É de justiça salientar que devemos ao prefeito Bento Figueirêdo, com o apoio moral do governo do Estado, a solução desde problema, o que representa quase um milagre, tendo assim, o edil campinense prestado mais um notável serviço à sua terra. (Voz da Borborema, nº 62, 27/08/1938. p. 03)

Desta forma, devemos lançar nosso olhar para as barganhas político-econômicas, que fizeram parte do interesse da elite, assim como atentar para as imagens produzidas acerca de determinados gestores, edições publicadas por jornais que de fato se caracterizavam por obras encomendadas, com o intuito de glorificar figuras de prestígio da sociedade, ainda mais o seu prefeito.

Recuperamos nas fontes a inauguração deste novo motor, buscaremos assim discorrer um pouco sobre a chegada desse equipamento que constituía um novo melhoramento na cidade e atentar para as representações construídas acerca desse evento. Vejamos o noticiário:

“Na noite de ontem inaugurou-se a nova luz da cidade. Entrou, assim, em execução o contrato destinado a solucionar o problema máximo de Campina Grande, depois do que diz respeito á água e esgotos.

A experiência foi satisfatória. E a intensidade dos fôcos da iluminação publica dava, á população citadina, motivo de

indisfarçável contentamento, pela convicção geral de que não mais se repetirá o triste espetáculo de sombras horripilantes a envolver e prejudicar um meio como o nosso. Incontestavelmente a luz melhorou consideravelmente porem ha ainda muito a desejar.

Não temos duvida em louvor o esforço desenvolvido, ultimamente, pela Empresa, a fim de corresponder ás aspirações campinenses. A luz nos veio com a eficiencia precisa. Foi esta a impressão geral, magnifica impressão que estamos certos não soffrerá solução de continuidade, fazendo assim, desaparecerem os ressentimentos justos da nossa população em face de uma situação lastimosa e insustentavel.

Campina Grande está assim, de parabens, ostentando a magnificência de noites risonhas e claras. E, particularmente, de parabens estamos nós, os desta folha, pela campanha franca, energica e decisiva, que fizemos contra á má luz, alvitando medidas que viessem pôr-lhe termos.” (Voz da Borborema. A Illuminação Publica Inauguração de um novo motor”. 2/11/1938, nº81) (grifos nossos)

Podemos a partir desta matéria perceber como se deu a recepção desses novos motores. Configurando-se assim uma nova fonte de esperanças no cenário de modernização da sociedade campinense. O melhoramento é tão relevante que o jornal relata como sendo a nova luz da cidade. Entendemos por tudo que já foi dito até aqui que era necessária essa nova luz, uma luz que efetivamente viesse a satisfazer as necessidades de uma cidade do porte atribuído à Campina Grande.

Diante disso, os letrados projetavam a esperança de que não passariam mais por tal situação do “triste espetáculo de sombras horripilantes a envolver e prejudicar um meio como o nosso”. O trecho acima nos mostra que as sombras elaboravam, em grande medida, o medo da falta de luz, que era visto como sendo bastante prejudicial à dinâmica da cidade.

Percebemos uma contradição quando se fala na adoção deste melhoramento, tendo em vista, que ao mesmo tempo em que a cidade melhorou consideravelmente, ainda convivia com um “há muito a desejar”. Afinal, não deveria ser simples melhorar, da noite para o dia, um sistema tão caro. Exemplo disto é a dificuldade em se firmar contratos com outras empresas concessionárias de energia elétrica, traço em que se percebem nos constates diálogos para que se pudesse amigavelmente resolver este problema em Campina Grande.

A sensibilidade dos letrados pode ser apreendida a partir do momento no qual verificamos que as falas traduzem o sofrimento entre aqueles que buscaram a efetivação de uma luz satisfatória. Muda-se por completo a percepção da luz que a

cidade então vislumbrava trazendo agora a impressão de “noites risonhas e claras”, noites estas que eram marcadas anteriormente pela “escuridão das trevas”.

É mister frizar que o jornal Voz da Borborema se coloca como aquele que sempre esteve à frente das decisões e atento às reivindicações da elite local que buscava ser moderna. Personagem importante nas querelas em torno dos melhoramentos referentes à iluminação de Campina Grande na década de 1930 e 1940, mobilizados e empenhados pela “campanha franca, energica e decisiva”. Elemento que se constrói em grande medida, pelas pertenças políticas e suas barganhas econômicas.

Ainda sobre o ato inaugural:

“O ato inaugural realizou-se, precisamente, às 18 horas, com a presença do prefeito Bento Figueiredo, do conego José Delgado, que benzeu novo motor e de grande numero de pessoas da sociedade campinense.

No momento usaram da palavra o Dr. Leonardo Arcoverde, o prof. M. Almeida Barreto e o Dr. Baulanger Uchôa que se congratularam com a população desta cidade, pelo beneficio que representa para a nossa terra aquele melhoramento” (Voz da Borborema. A Iluminação Publica Inauguração de um novo motor”. 2/11/1938, nº81)

Aprendemos os personagens que compõem a cena: a elite letrada e política da cidade. Justamente ela não poderia estar de fora de um evento retratado com tanta importância como foi o caso da chegada de novos motores a cidade. Neste contexto, merecemos destacar a figura do cônego José Delgado, que fica responsável pela benzedura do novo motor e daqueles que foram prestigiar o evento. Sobre isto, fica clara a necessidade de uma figura religiosa a qual pudesse simbolicamente trazer proteção divina ao novo equipamento, para que assim pudessem fazer uso de uma energia elétrica efetivamente duradoura.

Mas nem os apelos à proteção divina surtiram os efeitos desejados. Senão, vejamos:

“Com a instalação do novo motor, inaugurado ultimamente, ficou a nossa cidade, em parte, servida de uma boa luz, e, reconhecendo os esforços da Empresa, a população campinense mostrava-se satisfeita.

Acontece, porem, que há já muitos dias, vez por outra, se desaranjam os motores, ocasionando passarmos horas e mais horas, em completa escuridão.

Ante-ontem, por exemplo, durante toda a noite, as principais arterias urbanas dormiram nas trevas.

Isso, vem preocupando, seriamente, não só aos poderes públicos, como ao povo em geral.

Acreditamos, porém, que a nossa Empresa, possuindo, como possui, técnicos capacitados para o serviço, não consentirá que se reproduzam os tristes dias que tanto nos martirizam, certa, como está, de que a paciencia do nosso povo já foi esgotada.” (Voz da Borborema. “A luz da cidade”. 3/12/1938)(grifo nosso)

A escuridão continua. Traço disso pode ser vislumbrado quando se fala que mesmo com novos motores a luz da cidade ainda era falha. A empresa que fornecia a luz da cidade buscava cumprir seus contratos, no entanto, algumas implicações de ordem técnica impediam seu melhor funcionamento. Assim, se tornou corriqueiro a cidade conviver, noite após noite, com a mais total escuridão.

O precário fornecimento de luz em Campina Grande fez com que na década de 1940, a municipalidade se preocupasse ainda mais em trazer melhorias para este sistema tão problemático. Afinal, a eletricidade, a cada dia, se tornava elemento fundamental das relações econômicas e sociais da cidade e da própria esfera do conforto.

Desse modo, em 1944 se inicia a construção da nova central elétrica na cidade. Era necessário que o município tomasse medidas efetivas para as melhorias no sistema de eletrificação da cidade. No mesmo ano, a empresa de luz passa à direção do município, e passa a chamar-se “Serviços Elétricos Municipais.” Novas tensões, conflitos e desejos estavam a caminho.

A ENERGIA ELÉTRICA: UTENSÍLIO DO CONFORTO NOS LIMITES DO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO.

1.1 LUZ ELÉTRICA PARA A RAINHA DA BORBOREMA: BENEFÍCIOS E COMODIDADE

A luz artificial moderna mudou consideravelmente os hábitos na esfera do espaço público e privado, elaborando uma nova dinâmica da vida social. Na metade do século XIX tivemos a presença de uma forte intervenção política no que diz respeito à moradia. O objetivo residia na feitura de programas arquitetônicos, os quais estivessem dentro de um projeto mais amplo de urbanizar e embelezar as ruas, assim também a casa deveria passar pelas normas impostas pelos médicos-sanitaristas e engenheiros, estes dedicavam seus estudos a constante preocupação de manter as casas salubres e higienizadas, partindo da execução de normas e técnicas. Neste período veremos o apelo constante da burguesia em construir uma moradia agradável que proporcionasse um repouso satisfatório, fora das fábricas e do burburinho das ruas.

Como propõe Roche (2000: 147)⁶⁵ no século XIX, uma política nos planos nacional e local se instauraram aumentando os regulamentos no que diz respeito às construções na cidade e no campo, visando, sobretudo, a comodidade que mudou por completo as condições de salubridade da habitação, uma busca constante em melhorar as condições gerais da moradia, com ênfase na ventilação e na iluminação.

Desde o século XVIII é verificável, na construção do imaginário social, a adoção da comodidade diária, esta última fortemente associada ao conforto. A necessidade da elite burguesa residia na busca de um bem-estar material. As necessidades passam a ser vistas nas formas de requinte, objeto dos projetos arquitetônicos burgueses.

Com isto, as mudanças não deixaram escapar os espaços privados; desta forma, a decoração interna segue na mesma intensidade das mudanças vividas no espaço público. O gosto pelas decorações se acentua podendo oferecer aos

⁶⁵ ROCHE, Daniel. História das coisas banais Nascimento do consumo nos séculos XVIII - XIX. Rocco: Rio de Janeiro, 2000.

espaços a magia da luz, a ilusão dos espelhos, sem limites de utilização de todos os tipos de iluminação oferecidos pelos artistas, urbanistas e arquitetos.

Diante disso, Béguin (1991: 41-44) ⁶⁶ nos fala da nova lógica afetiva que surge neste período, tomamos o exemplo da construção da família que passa a ser alicerçada dentro dos parâmetros da civilidade e conseqüentemente fazia-se necessário um lar que fosse conveniente para essa nova família moderna.

A família desta maneira deveria estar bem instalada, possuindo uma casa aconchegante, um jardim. Esses elementos facilitariam idealmente o encorajamento do homem ao trabalho, tornando-o mais respeitável, buscando assim, preservar e melhorar os elementos que constituíam sua casa, visando, sobretudo, o conforto.

“Se o conforto é uma arma poderosa, é porque ele atinge uma forma de bem-estar que ninguém deseja nem tem meios de recusar, na medida em que o espaço e as técnicas que permitem assim tal recusa tendem a desaparecer sob o efeito de pressões múltiplas. O conforto é, portanto, um processo de invasão ao qual não se pode resistir [...]” (BÉGUIN: 1991: 48)

Neste sentido, a nova dinâmica da salubridade se constrói justamente em práticas e utensílios que promovam a facilidade da vida cotidiana. É uma novidade empreendida que se impõe de forma latente na sociedade burguesa, construindo, assim, mais um meio de acompanhar as modificações em que as cidades ditas modernas vão seguir.

Com isto, a arquitetura da casa também se fazia através das suas funções práticas, como, por exemplo, a adoção de determinados aparelhos modernos que viriam a facilitar o cotidiano, a saber: água salubre e canalizada, casa limpa, aquecimento, energia elétrica, entre outros. Uma casa deveria ser limpa e iluminada para facilitar o processo de areação do ar onde poderia circular de forma satisfatória os fluidos.

Somando-se a isto, podemos citar que a existência de um cômodo bem iluminado era positivo para a saúde do morador da casa, assim como a iluminação poderia permitir, entre outras coisas, a ocupação nos mais variados afazeres;

⁶⁶ BÉGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto”. In: Espaço e Debate- Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n° 34. São Paulo: ano XI, 1991.

facilitaria a leitura de um livro, a atividade de fiar e tricotar, dependendo assim, do que fosse mais aprazível aos moradores do lar.

Neste cenário, é possível verificar todo um conjunto de elementos os quais eram considerados como úteis à vida doméstica, entre eles encontramos a utilização da eletricidade, componente do que Béguin chama de “função climática da arquitetura”, sendo: a ventilação mecânica, a iluminação elétrica, a climatização.

Verificamos assim a crescente adoção da distribuição da eletricidade para fazer funcionar o rádio, a televisão, o telefone, a geladeira, aparelhos industriais, aparatos tanto de utilidade do espaço público como também para o privado, voltados para satisfazer as necessidades e os desejos que passaram a existir a partir da vida moderna.

Neste sentido, não podemos esquecer as distinções as quais foram marcadamente valorizadas pelo século XVIII, na medida em que num primeiro momento a luz estava voltada para os ricos e o espaço urbano, desta forma as percepções acerca deste melhoramento traziam a crescente exigência de uma iluminação melhorada na sua qualidade e quantia fornecida à cidade e residências.

O conforto torna-se um fator que vai aos poucos se definindo dentro da dinâmica da cidade e suas relações culturais e sociais. Com toda a rotina diária voltada ao trabalho, a busca pelo conforto, para os burgueses, se torna a ordem do dia no século XIX. Assim as mobílias confortáveis, luz de qualidade, lugares destinados ao repouso favoreciam a recuperação das energias perdidas no trabalho.⁶⁷

É importante lembrar a tecnologia da luz elétrica nos edifícios projetados em Londres. Os lampiões a gás produziam uma perigosa freqüência que possibilitava a proliferação de incêndios, assim a iluminação criada por Thomas Edison proporcionava aos ambientes internos, maior proteção, ficando mais iluminados sem a necessidade da utilização constante das janelas. “As lâmpadas, por exemplo, adaptavam-se maravilhosamente às cavidades dos lampiões, e bem assim às tubulações de aquecimento e os dutos de ventilação aos tetos de corredores e escadarias de serviço.” (SENNET, 2006: 280).

Desse modo, as capacidades renovadoras da iluminação e suas técnicas conferiam uma maior possibilidade para organizar os modos de vida, no que está

⁶⁷ SENNET, Richard. Individualismo Urbano. In: Carne e pedra. Tradução de Marcos Aarão Reis. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. pp. 260-285.

relacionado à maior mobilidade, outro estilo de intimidade, outros lazeres e outras sociabilidades para a leitura e conversação, ou seja, a incapacidade de controlá-las contribuía para a confusão do espaço público e do espaço particular. (ROCHE, 2000: 158)

Sevcenko (1988)⁶⁸ nos fala das mudanças advinhas que foram sentidas na modernidade com a adoção da eletricidade. O autor destaca as impressões causadas pela eletricidade em São Paulo, o que nos ajuda a compreender como foram produzidas as imagens sobre a necessidade desse novo aparato moderno. O mesmo reproduz uma citação de Calixto Cordeiro que nos tem muito a dizer sobre as vantagens da eletricidade:

“A eletricidade representada como uma figura misteriosa, que a autoridade pública cativa e controla, e da qual ela deriva o seu poder simbólico. Apresentando-se como a fonte que monopoliza novo potencial miraculoso, o que todos desejam ter acesso, os dirigentes políticos se revestem da imagem de agentes legítimos incontestáveis da modernização.” (SEVCENKO, 1988: 547).

A partir daí, compreendemos como os raios da luz elétrica foram importantes na construção de uma nova percepção acerca das modificações culturais e sociais. Uma forma de atestar status na sociedade: um exemplo disto era o luxo e riqueza em possuir luminárias elétricas. Assim, possuir em suas residências e/ou estabelecimentos comerciais a eletricidade era a forma mais legítima de mostrar que estavam sintonizados com as novidades modernas.

O caso de Campina Grande guarda suas limitações e singularidades, no entanto não a deixa muito distante da realidade acima citada sobre os elementos que compunham o conforto, em especial a energia elétrica. Verificamos que a cidade também sentia a necessidade desse aparato para uma satisfação de seu cotidiano.

A energia elétrica de Campina Grande desde os anos iniciais de sua efetivação já era criticada graças a sua instabilidade. Neste sentido, acreditamos ser importante percorrer as fontes para que assim possamos reconstruir como a ausência de luz ou sua ineficiência, prejudicava, em grande medida, o conforto desejado no espaço privado e no espaço público.

⁶⁸ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988 (pp. 513-619).

Ao tratarmos do espaço privado atentaremos para a dificuldade de utilização de determinados aparelhos modernos. Já no espaço público buscaremos compreender como a economia se via prejudicada pela ineficiência do sistema de iluminação, em especial nos estabelecimentos comerciais.

Quando o estabelecimento comercial não possuía seu gerador próprio a saída era recorrer as páginas de jornais para a publicação de matérias chamativas e convicentes para tornar público o comércio que vivia prejudicado pela falta de luz.

“ Entre as cousas curiosas de Campina Grande chama a atenção o uso de nossos comerciantes, de enfeitarem com velinhas acezas as mercadorias dos seus estabelecimentos, ficando as mesmas parecidas com lapinha, ou cimiterio em noite de finados. Quem não souber do costume dos nossos comerciantes fica pensando que a cidade não tem empreza de lús.”(O Rebate. A empreza de Luz. 2/10/1932)

Verificamos o tom irônico ao se tratar do fornecimento de luz prestado aos estabelecimentos comerciais. Com a falta de luz fazia-se necessário recorrer aos recursos que já deveriam na ótica dos letrados estarem obsoletos desde a implantação da luz elétrica na cidade. E mais: os que frequentassem a cidade e vissem a deficiencia de iluminação poderiam entender que não havia luz elétrica na cidade. Assim, configurava-se o atraso em matéria de iluminação moderna.

No ano de 1936 dados oficiais do Estado da Paraíba⁶⁹ nos mostram a dinâmica dos municípios do Estado em se tratando da iluminação elétrica pública e privada que nos faz refletir sobre como estava disposto este equipamento nas cidades da Paraíba.

Sistema de iluminação	Querosene	Gás acetileno	Álcool	Elétrica
Cidades e Vilas	8	8	3	7

Tabela1- Fonte: Melhoramentos urbanos em 1920. Alguns dados sôbre iluminação pública, abastecimento d'água e esgôtos sanitários. Sinopse Estatística do Estado. n°1. Ano: 1936. pp.55

⁶⁹ Por falta de maiores informações no documento pesquisado, julgamos que os números nas tabelas acima indicam percentuais.

Sistema de iluminação	Querosene	Gás carbônico	Gás acetileno	Eletricidade
Iluminação Pública	13	---	---	66
Iluminação domiciliar	---	---	---	52

Tabela 2- Fonte: Melhoramentos urbanos 1936. Sinopse Estatística do Estado nº3, Ano: 1936. Imprensa Oficial. João Pessoa. pp. 91

Os dados quantitativos nos mostram que na década de 1930, grande parte dos municípios do Estado já se valiam da utilização da iluminação elétrica tanto nos domicílios quanto dos espaços públicos. A aquisição da luz elétrica nos espaços públicos possuía uma relativa aproximação quando em comparação aos domicílios. Mesmo considerando um avanço em se tratando de outros períodos, ainda era possível verificar a presença de alguns espaços públicos que ainda adotavam o querosene como meio de iluminação, isso se explica por muitos municípios da Paraíba só terem adquirido efetivamente a luz elétrica na década de 1940.

Em comparação aos dados da tabela 2 percebemos a mudança paulatina que os municípios paraibanos assistiram com a crescente adoção do sistema de iluminação elétrica que começa a ganhar corpo na década de 1920, visto na tabela 1. O querosene e o gás acetileno aos poucos eram substituídos pela luz elétrica.

Os hábitos e práticas cotidianas produzidas nas residências em Campina Grande, por conta da iluminação elétrica haviam mudado consideravelmente. No entanto, por conta do mau fornecimento de luz não podiam aproveitar os seus equipamentos modernos. Nas mais variadas reivindicações, podemos perceber o desejo em ter uma energia elétrica que fosse capaz de fazer funcionar os aparelhos da casa:

“Quase todas as noites, e sempre aos sabbados e quartas, quando mais o commercio precisa de iluminação ficamos inteiramente às escuras. Os nossos radiophilos vivem aqui num estado de permanente indignação, por que desejam ouvir musicas e noticias, e os seus aparelhos, por causa da luz, não dizem nada.” (Voz da Borborema. Campanha contra á má luz os novos motores desembarcão em Recife no dia 18. 16/10/1937)

Como podemos perceber as práticas cotidianas nos domicílios se fazia com a utilização de energia elétrica. O trecho acima nos mostra que a precariedade do

fornecimento de luz não era um traço presente apenas no comércio da cidade, mas também nas suas residências.

Desejava-se “ouvir músicas e notícias, e os aparelhos, por causa da luz, não diziam nada”; todas as maquinarias que se valiam da utilização de eletricidade tinham seu funcionamento ameaçado devido a precariedade do fornecimento de luz. Ficando evidentes as mudanças das práticas domésticas com a utilização da energia elétrica.

Campina Grande, graças ao comércio algodoeiro na década de 1930, recebeu comerciantes e empresários dos setores industriais. Desse modo, não podemos traçar a história da implantação da energia elétrica em Campina Grande sem destacar a dinâmica das indústrias e tecnologias que começavam a ganhar corpo na cidade, bem como os espaços públicos que permitiam o lazer e sociabilidades promovidos pela nova luz artificial moderna.

Em editorial publicado em 21/07/1937, a Voz da Borborema projeta boas perspectivas para os campinenses. Apresenta uma mudança do fornecimento de energia, que passa por um período de uma melhoria facilitando o passeio e as práticas cotidianas. Percebemos como a utilização do rádio fazia parte do cotidiano dos campinenses que buscavam seguir os parâmetros das grandes capitais brasileiras. A iluminação assim poderia contribuir enquanto ela permanecia constante para os prazeres que a noite reservava como a leitura de um livro, jornal, escutar notícias.

“Quer dizer que já podemos ver um transeunte a cinco metros de distancia. O povo tem afluído mais as praças, ha mais riso á noite, os rádios funcionam sem os irritantes colapsos, os que reservam, para a noite, leitura de jornais, revistas e de qualquer livro bom, tecem o prazer calmo de devorál-os, enquanto não pesam as pálpebras.” (Voz da Borborema.” SA. Empreza de Luz e Força. 21/07/1937)

Roche (2000: 154)⁷⁰ nos ajuda a compreender como é elaborada essa necessidade de utilizar a energia elétrica para o conforto, na medida em que as vantagens da iluminação iam muito além da adoção de um equipamento caro que a elite desejava implantar em seu cotidiano. O que deve ser destacado é justamente a luz enquanto conquista de uma civilização, por meio de um conjunto de procedimentos que ainda não estavam completamente banalizados.

⁷⁰ ROCHE, Daniel. Op. Cit. 2000.

O prefeito Bento Figueirêdo (1938-1940), marcou sua gestão com melhoramentos urbanos como, por exemplo, a reforma do contrato da luz. Destacamos aqui a Biblioteca Pública Municipal, espaço intelectual voltado para a leitura, item caro às cidades modernas; a urbanização e sua consequente modernização trazia as luzes da ilustração: assim, saber ler tornou-se um emblema de distinção.

“Hoje, que a administração brilhante do snr. Bento de Figueirêdo criou para o povo campinense uma obra de incomparável valor, intelectual – a Biblioteca Pública Municipal- somos, a maior parte das noites, impossibilitados de frequentá-la, dada a deficiência de luz.” (Voz da Borborema. De Mal a Peor a Luz de Campina. 14/05/1938)

O conforto proporcionado pela leitura noturna de um espaço de sociabilidade como era o caso da Biblioteca Pública, tornava-se prejudicado com falta de luz. Um empecilho para se seguir os moldes das grandes cidades brasileiras.

Entre os projetos em execução na cidade de Campina Grande empreendidos na gestão de Bento Figueirêdo podemos citar um contrato assinado entre a prefeitura e a firma Siemens, Schubert & CIA, para a compra e montagem de uma fonte luminosa para a Praça Clementino Procópio, que segundo o jornal Voz da Borborema, seria uma obra inaugurada no mesmo ano, estamos tratando de 1938.

Imaginemos o que significaria simbolicamente a montagem de uma fonte luminosa para a cidade de Campina Grande numa praça bem visitada pela elite, como era o caso da Praça Clementino Procópio, criada justamente com o intuito de ser mais forma de lazer para a elite campinense moderna: os elementos da excelência do conforto.

O debate prossegue com Epaminondas Câmara. Desejoso de ver sua cidade melhorada com os benefícios da iluminação pública anunciava vez por outra a carência no fornecimento de luz. Em seu livro intitulado “Datas Campinenses”, valida a importância de deixar a sociedade a par da precariedade da iluminação elétrica, destacando a falta de luz nas residências.

“A empresa de luz pela quinta vez deixou a cidade às escuras, havendo iluminação de reduzidíssima voltagem nos domicílios. Acordem, despertem, enfileirem-se aos seus verdadeiros benfeitores e façam frente única em combate moderado e constante contra os sabotadores do progresso da terra comum. [...]”. (CÂMARA 1998: 126).

Percebemos que não era apenas uma “luta” travada por uma melhoria da iluminação das ruas, mas, sobretudo, fazia-se necessário também uma luz domiciliar que pudesse contribuir para o conforto da elite da cidade. Se a iluminação pública na maioria das vezes se tornava insuficiente a ponto de deixar todas as ruas em plena escuridão, o espaço privado ainda possuía iluminação mesmo com seu estado oscilante.

Verificamos que havia uma maior preocupação da Empresa Luz e Força S.A para atender às demandas do espaço privado, muito embora ainda fosse consideravelmente precária. É importante considerar as implicações no que diz respeito às taxas e impostos os quais eram pagos para a manutenção e fornecimento desse equipamento nos domicílios, haja vista que a burguesia campinense exigia um serviço de qualidade para a quantia que lhe era paga.

Diante disso, ao analisar os avisos publicados pela Empresa Luz e Força S.A no jornal Voz da Borborema, é apresentada a 7º clausula assinada entre a empresa e a municipalidade que define bem o tratamento diferenciado em se tratando da luz elétrica pública e particular. Vejamos:

“A S.A. Empresa Luz e Força de Campina Grande previne ao publico que a clausula 7º do seu contrato com a Municipalidade dispõe:

A concessionária terá o direito de:

- a) Exclusivamente fazer instalações particulares ou cobra a taxa de 20 % e sobre os serviços executados por outrem com o seu consentimento e mediante exame previo.
- b) Suspende a iluminação na falta de pagamento por 2 mezes cobrando a titulo de multa, 1 % sobre as prestações e contas vencidas.
- c) Cortar a ligação ao devedor impontual e exigir uma multa de 200\$000 ao consumidor que tiver cometido fraude ou violado o selo do contador.
- d) Fiscalisar as instalações não podendo o particular impedir, sob qualquer pretexto, a verificação da capacidade das lampadas.

MATERIAL ELETRICO

A Empresa de Luz mantem atualmente <stock> de material elétrico que vende a preços reduzidos, por isso que visa á comodidade de seus clientes.” (Voz da Borborema. S.A Empresa de Luz e Força de C. Grande. Aviso ao publico. 15/10/1938)

As medidas eram claras para aqueles que transgredissem as regras do contrato. Fica evidente a necessidade de apresentar a empresa de energia elétrica como aquela capaz de assegurar a comodidade dos domicílios, desde que se pagassem as taxas de sua utilização. É importante destacar o interesse da Empresa

Luz e Força S.A em divulgar as cláusulas referentes à implementação da iluminação da energia elétrica particular, mostrando que embora sofresse alguns percalços anunciavam a realização de um trabalho satisfatório.

Verificamos ainda na 7º cláusula do contrato apenas os direitos quase absolutos da empresa de luz em detrimento daqueles que contratavam os seus serviços. Com poucas garantias de um fornecimento satisfatório, apenas fala da qualidade de seu material elétrico.

Merecemos citar a 4º cláusula do contrato em que a Empresa de Luz assumia o compromisso de gerar uma força motriz de 1.200 HP no prazo de 18 meses a contar do início da efetivação do contrato estabelecido com o município. Percebemos que um prazo bem maior era concedido à empresa para fornecer energia, enquanto isso, quem não pagasse sua energia domiciliar no prazo de 2 meses teria a sua conta de luz cortada: mais um privilégio concedido a empresa de luz de Campina Grande.

Recuperamos o relatório apresentado na Voz da Borborema para a prestação de contas da Empresa de Luz no exercício do mês de março de 1939, que nos fala sobre a dinâmica da iluminação particular.

“Com a instalação do motor BENZ, melhorou consideravelmente a iluminação particular. A renda no primeiro trimestre do ano de 1939 atingiu 113:420\$000 contra 76:861\$000 em igual período do ano de 1938. Registramos, pois, um aumento de 36:555\$800 e três meses, aumento que será muito mais apreciável quando tivermos apresentado os transformadores uniformizando a voltagem em todas as nossas linhas...” (Voz da Borborema. Relatório da Diretoria da S.A Empresa de Luz e Força de Campina Grande, em 31 de março de 1939. 06/05/1939)

A instalação do motor BENZ fazia parte dos compromissos firmados com o contrato de 1938, assinado por Bento Figueirêdo⁷¹. Em nossa pesquisa nos jornais, além das reclamações contra a iluminação das ruas, são perceptíveis também as queixas em se tratando da falta de luz nas residências. Medidas que visassem os melhoramentos no fornecimento para as casas só foram vistos no ano de 1939, como evidencia a matéria publicada no Voz da Borborema transcrita acima.

⁷¹ O contrato de 1931 já havia passado por algumas modificações na gestão do prefeito Vergniaud Vanderley em 1937. Sendo alterado substancialmente em 1938, na gestão de Bento Figueirêdo. Ver o segundo capítulo deste trabalho.

Em suas crônicas publicadas no Jornal Voz da Borborema, Cristino Pimentel pôs em relevo os problemas oriundos da luz elétrica. Vejamos o seguinte trecho:

“... As que nos fornece até parece com tochas de vagalumes fincadas aqui e acolá... e vamos pagando, pagando, pagando até um dia não termos mais luz definitivamente, e dahi em diante surgirem providencias tardias de efeitos nulos.” (PIMENTEL, Cristino. “Coisas da cidade”, Voz da Borborema, 10/11/1938)

O seu discurso progressista visava uma cidade civilizada, não aceitando a revoltante deficiência no fornecimento de luz, o chamado Conto da Sereia⁷². Sendo essa luz oscilante e precária fazia-se necessário recorrer aos antigos candeeiros de querosene ou as velas e além de ter a despesa na compra de tais utensílios tinham que pagar a conta de energia elétrica, sem dúvida um gasto a mais.

Os anúncios publicitários do Jornal a Voz da Borborema nos ajudam a compreender a dinâmica da elite campinense quando apresenta modernos elétricos; informam sobre profissionais que trabalhavam fazendo consertos em aparelhos elétricos; anunciam estabelecimentos voltados ao lazer e conforto e tantos outros espaços que se valiam da energia elétrica para dinamizar-se.

Mesmo com a precariedade da energia elétrica na cidade de Campina Grande, as propagandas buscavam convencer os leitores a adquirir equipamentos e à práticas que só poderiam ser plenamente usufruídos com auxílio da eletricidade. Isto fica evidente quando pensamos que esses equipamentos estavam na dimensão do desejo de construção de uma cidade e de vidas modernas.

Iniciamos com um anúncio bastante emblemático para nosso estudo: o estabelecimento comercial que convida toda a elite de Campina Grande, em agosto de 1937, a frequentar este espaço de lazer, sociabilidade, requinte, um verdadeiro estabelecimento moderno. Estamos falando da “Confeitaria Petropolis”: marca da modernidade, a confeitaria publica o seu anúncio no Voz da Borborema chamando ao público leitor a frequentar aquele espaço de “conforto e higiene”. Assim, a produção do espaço urbano assume, nas publicações, um papel expressivo, na

⁷² Expressão apreciada inúmeras vezes no jornal Voz da Borborema do ano de 1937, as pessoas se encantavam com promessas vãs o que na verdade estava mais próximo de um engodo.

medida em que materializa o almejado “progresso”, modificando hábitos, costumes e estilos de vida. (LUCA e MARTINS, 2008: 112)⁷³



Anúncio 1: Jornal Voz da Borborema. Publicado em Agosto de 1937

Aqui podemos perceber a presença fundamental da energia elétrica. “Completo serviço elétrico de refrigeração” diz o anúncio, capaz de proporcionar bem-estar e conforto à elite campinense. Para fazer funcionar toda essa maquinaria de novidades, fazia-se necessário uma energia de qualidade. Desta forma, é importante saber que alguns estabelecimentos comerciais possuíam seu próprio gerador de energia elétrica resguardando-se contra falhas com que a cidade convivia no sistema de iluminação fornecido pela Empresa Luz e Força S.A.



Anúncio 2: Jornal Voz da Borborema. Publicado em 1937

⁷³ MARTINS, A. L.; LUCA, T. R.. A História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

Este anúncio é um exemplo que nos mostra a presença quase que constante de oficinas voltadas para consertos de materias elétricos, conserto de transformadores, vendas de lâmpadas elétricas entre outros equipamentos elétricos, elementos importantes para a potencialidade de energia elétrica na cidade. As nossas fontes nos sugerem que mesmo Campina Grande convivendo com a precariedade no fornecimento da energia elétrica, equipamentos elétricos compunham o cotidiano de boa parte dos campinenses.

A propaganda chamava a atenção do público leitor para as maravilhas que poderiam ser proporcionadas pela eletricidade.

Além de *Radio e Eletricidade João Pinto*, tínhamos ainda: *Casa das Tintas* com lâmpadas elétricas, fios e material elétrico, *O Ferragista de João Uchôa* que também comercializava materiais elétricos. Anúncios estampam a cada edição as modificações vividas pela cidade, em especial, tratando do seu potencial elétrico.

A luz elétrica assim como os equipamentos por ela alimentados se tornavam a ordem do dia nas modificações do espaço público e privado. Novos bairros começam a surgir e lotes de terra eram comercializados no intuito de alargar os espaços para a continuação dos projetos urbanísticos. Podemos citar o bairro São José (antigo Alto do Seixo) que, vez por outra, surge na querela de adoção de energia elétrica em seus domicílios como também nas fábricas que começavam a surgir naquele local. Sobre isto, vejamos:

“ Uma fabrica de aninhagem instalada nas imediações da chacara do Prof. Clementino Procopio, no bairro de S. José, vem de conseguir com a prefeitura que a Empresa de Luz estendesse a sua rede até ali, rede que terminava pouco alem do antigo colegio.

Desde o ano passado a população do Alto Seixo vinha se interessando para que a Empresa levasse a sua posteação pelo menos até planalto. A cousa era praticamente impossivel, porque dependia de umas tantas exigencias contratuaes.

Os proprietarios da fabrica em apreço, conseguiram agora que, a iluminação publica chegasse até o seu predio, que fica e poucos passos dali.

Animaram-se novamente os alto-seixense e vieram, em comissão, pedir à *Praça de Campina*, que sugerisse á Empresa levar os seus fios até aquelas alturas.” (A Praça de Campina. Coluna: Gritos e Ecos- O Alto do Seixo quer luz” . 04/11/01934)

A solicitação da extensão da rede elétrica para as imediações do bairro São José em 1934 é um dos exemplos de bairros que começavam a se instalar na

cidade e que buscavam em efetivo a luz elétrica. É perceptível a crescente ampliação das fábricas na cidade o que torna necessário a implantação das vantagens da potencialidade da iluminação artificial moderna.

Percebe-se que a conquista da implantação dependia de algumas implicações no que diz respeito a efetivação do contrato; mais uma vez fica evidente a imprensa e seu poder de mediadora quando se fala do caso da luz e consequentemente as melhorias do espaço urbano.

A adoção de melhoramentos modernos ia muito além das demarcações territoriais que definiam o perímetro do centro da cidade, haja vista que o Alto do Seixo, se situava num espaço razoavelmente distante do que se considerava o centro da cidade, mas que desejava, em nome deste empreendimento, usufruir tais melhorias proporcionadas pela eletricidade.

1.000.
Lotes de terreno para construção
 A VENDA
Na Zona de Maior Expansão da Cidade
 PROPRIEDADE DA VIUVA E FILHOS
 DE
CLEMENTINO PROCOPIO
 5.º BLOCO
BAIRRO DE SÃO JOSÉ
 A margem da Linha do Omnibus do Hospital
 Contiguos ao Hospital Pedro I, com frente para a rua
 São José, Avenida Almeida Barretto e varias outras
 ruas e avenidas recém abertas, situados num dos ur-
 burbios mais salubres e pittorescos da cidade e próxi-
 mos ao Campo de Aviação, do Stadium da A. D. C. e
 do Grupo Escolar Clementino Procopio.
 LUZ ELECTRICA, e, proxivamente TELEPHONES, AGUA E ESGOTO
 Preços ao alcance de todos — A planta, organi-
 zada por competente e habil engenheiro civil
 e já approvada pela Prefeitura, se acha em ex-
 posição nos escriptorios da firma Aluisio Silva
 & Cia., á rua Presidente João Pessoa, n. 330.
 Os pretendentes poderão tratar com o dr. Edesio Si-
 ra, advogado, e Aluisio Silva, no endereço acima citado
 nesta cidade, e com o dr. Severino Procopio, no escrip-
 torio da firma S. Procopio & Cia. Ltda., á rua Gama
 e Mello, n. 22, na cidade de João Pessoa, capital do Est.

Anúncio 3: Voz da Borborema. Publicado em 1937

Ao acompanhar as matérias jornalísticas veremos que o bairro São José irá ter o conforto tão desejado que a luz elétrica proporcionava. A implantação desse melhoramento no bairro citado, se configurou enquanto uma estratégia pautada no convencimento para se vender terrenos neste local. O bairro São José começa a se destacar no cenário imobiliário da cidade de Campina Grande. Com uma série de vantagens apresenta em letras garrafais a presença de luz elétrica naquele local, certamente no intuito de atrair comparadores, e mais ainda, por a luz elétrica ser o modelo de luz artificial mais desejada na cidade era fundamental fazer parte das vantagens desse novo espaço de moradia, juntamente ao telefone, água e esgotos anunciados para um futuro próximo.

1.2 NOS LIMITES DO CONFORTO: OS POBRES NO CENÁRIO DE MODERNIZAÇÃO

É fundamental refletirmos acerca dos limites impostos pela adoção da luz elétrica por aqueles que não possuíam recursos, afinal ter luz elétrica nas residências não era possível para todos tendo em vista os altos custos que envolviam o processo de implantação no espaço particular.

Rocha (1997: 71-73)⁷⁴, quando trata da recepção da luz elétrica na cidade do Rio de Janeiro e seus desdobramentos referentes ao monopólio das concessionárias responsáveis pelo serviço de eletricidade na cidade, ressalta que a partir do momento em que se privilegiam alguns trechos urbanos incluindo apenas as largas avenidas e arredores, outra parte da população permanecia à noite sob a luz dos velhos lampiões a gás ou querosene, estando assim a população menos favorecida à margem dos novos empreendimentos modernos que surgiam.

Bresciani (2004)⁷⁵ destaca que muito do que se constrói acerca das representações da cidade possibilita verificar que a pobreza se destaca, revelando os contrastes que notadamente marcaram a modernidade.

⁷⁴ ROCHA, Amara Silva de Sousa. "A Sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque" (pp.51-80). In: Revista de História Regional, n° 2. Ponta Grossa: Imprensa Universitária da UEPG, 1997.

⁷⁵ BRESCIANNI, Maria Stella. O literato, o cronista e o urbanista. Imagens de São Paulo nos anos 1910-1920. In: Escrita, Linguagem, objetos: leituras de história cultural. PESAVENTO, Sandra Jatayh (org.) Bauru, SP : EDUSC, 2004.

“Não só o olhar crítico de Engels anotou o custo social da produção da riqueza na Inglaterra; também viajantes, letrados e outros homens de letras registraram sua perplexidade perante situações desconcertantes, quando não paradoxais. A pobreza exibindo-se nas ruas contrastantes com o luxo dos novos bairros ajardinados em torno dos parques londrinos”. (BRESCIANI, 2004:140)

A pobreza também fazia parte do cenário de modernização na cidade de Campina Grande, traços que podem ser vistos na historiografia campinense⁷⁶, quando abrem espaço para os estudos sobre os populares. Muito se falava acerca da modernização e implantação da luz elétrica, porém não podemos esquecer que grande parte da população ainda convivia com outros sistemas de iluminação, considerada pela elite como sistemas obsoletos.

As nossas fontes pouco nos falam acerca da recepção e adoção da luz elétrica pelos menos favorecidos. Desta forma, acreditamos que o contato desses como a luz se efetivou marcadamente nos espaços públicos, bem como através da difusão das notícias da implantação desse equipamento na cidade, haja vista que tratar da luz elétrica em Campina Grande até finais da década de 1940 é tratar também sua precariedade e ineficiência.

A partir daí, podemos dialogar com o jornal diário *A Batalha*⁷⁷. O objetivo primordial deste jornal consistia em disseminar informações para os trabalhadores da cidade de Campina Grande. Ao jornal citado, não passa despercebida a precariedade do serviço de luz na cidade; o mesmo publica um artigo trazendo a indignação daqueles que desejavam melhorias no serviço de iluminação pública e particular, anunciando as altas taxas do serviço que não atendia à população pobre.

“A Empresa de luz dessa importante cidade central, conseguiu um contrato com o governo municipal da metrople sertaneja, simplesmente asfixiante, em virtude da consecução duma taxa fixa de 12\$000 e 1\$200 de medidor, perfazendo o total de 13\$200. Nesse caso aproxima-se aos preços exorbitantes da energia de nossa capital, de 17\$300, taxa fixa.

E é por esse motivo que em Campina conta-se atualmente 6.033 casas com uma população, calculo seguro, de 36.198 pessoas, tem

⁷⁶ Podemos citar alguns trabalhos: SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. Cartografias da cidade: Campina Grande- 1920-1945. Universidade Estadual de Campinas, 2001. Doutorado em História. ; CABRAL FILHO, Severino. Modernização e trabalho: As dores do progresso. In: A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007. pp. 109.

⁷⁷ Jornal diário, iniciando sua circulação em 20 de setembro de 1934. Dirigido por Arlindo Correia da Silva, intitulado enquanto “líder comunista local” da cidade de Campina Grande.

apenas 1.300 instalações particulares, estando, mais ou menos, em relatividade com o caso de nossa capital com o numero de 13.000 habitações, com 78.000 habitantes e tem somente 2.471 instalações particulares.

[...] Ora, analisemos: dando-se o caso dum consumidor em Campina precisar somente duma lampada de 16 velas, pois bem, em face da tal taxa fixa e medidor, montante de 13\$200, custar-lhe-á cada vela \$ 820!

É uma irritante disparidade fazendo lembrar o agitado caso dos preços das antigas tarifas da "Great- Western", as quais, pelo clamor publico, representado pela imprensa, tiveram grande redução.

Destarte impõe-se que os empresarios de luz campinense imitem, sem demora, o gesto da velha companhia arrendataria. Observem que da população de 36.198 almas, apenas 7.800 suportam a carestia impiedosa de sua energia eletrica e 28.398 valem-se do querosene.

Que horrível situação das classes pobres da dinamica da cidade: luz caríssima e agua difícil e pessima". (A Batalha. A Luz de Campina Grande *Mais um caso de luz Escorchante*. 04/04/1935)

O artigo, em tese dirigido para os trabalhadores, propõe a redução do valor das taxas de implantação, tendo em vista que era abusivo, o que dificultava em grande medida, a adesão por parte dos trabalhadores, que ficavam excluídos das vantagens deste conforto.

Percebemos claramente a dificuldades dos grupos menos favorecidos em acompanhar a modernização que seguia a elite campinense que, em muitas vezes, dizia falar em nome da população, mas que na verdade falava em prol de seus interesses, mascarando assim a participação dos demais componentes da sociedade, nos ritmos que levavam a cidade ao "progresso".

Entendemos o traço ambíguo que marca o processo de modernização da cidade de Campina Grande, na medida em que muitos acabam por serem excluídos na aquisição desses símbolos do moderno, mas, que, ao mesmo tempo, não admitem tal exclusão, desejosos também em acompanhar as benesses do "progresso" e da "civilização", onde 28.398 pessoas ainda em 1935 utilizavam a iluminação à base de querosene.

Devemos considerar que todos os projetos urbanísticos bem como a adoção de equipamentos modernos voltados para o conforto, vistos no cenário de modernidade assistido pelas grandes capitais européias e brasileiras, não traziam em seus planos a presença dos trabalhadores como aqueles que poderiam acompanhar as vantagens do "progresso" e "civilização". Desta maneira, sua

participação era traduzida pelo controle de suas práticas através de normas e técnicas impostas pelo processo de modernização. Assim, o pobre era associado à falta de higiene, doenças, e sua existência estava pautada nas próprias noções de desconforto.

Como vimos, os ditames da adoção da energia elétrica enquanto elemento essencial para o conforto das elites nos séculos XIX e XX tornou-se traço fundamental para atestar o conforto de uma burguesia que se via mais exigente. No caso de Campina Grande, percebemos um grande fosso que insistia em impedir a utilização da eletricidade no cotidiano da elite, no entanto, notamos a existência de articulações por parte da burguesia desta cidade em encontrar saídas para os limites impostos pelos caminhos que conduziam a Rainha da Borborema ao tão desejado progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“No motor da luz, a luz
Nem a fogo vem a furo,
Pois já sumiu-se no escuro
O fabricante de truz!
Só mesmo papai Adão
Com seu formidável “quengo”
Dará um geito no monstrengo
Acabando a escuridão!”*

(Zé Campina)

Ao enveredarmos pelo estudo da implantação da luz elétrica em Campina Grande foi possível perceber parte dos desejos de uma elite que ansiava por “progresso” e “civilização”, traços que refletiam uma vida que se pautava nos discursos modernizantes em voga.

Estamos tratando de um melhoramento que trouxe uma série de modificações nos hábitos e práticas cotidianas. A energia elétrica era promessa de prolongamento das jornadas de trabalho, de fruição de novos espaços de sociabilidade e lazeres noturnos e a utilização de novos equipamentos de uso industrial, comercial e doméstico.

A partir de uma análise atenta das fontes foi possível perceber os limites deste equipamento de conforto na cidade. Várias foram as vezes em que cronistas, jornalistas e políticos trataram do que se chamou à época “o caso da luz”, como um símbolo de atraso no que diz respeito à trajetória da cidade nos padrões da modernidade.

Quase duas décadas após a inauguração da iluminação elétrica na cidade de Campina Grande, percebemos o forte apelo e o discurso dramático da elite que buscava uma luz de qualidade para suprir as suas necessidades cotidianas. As matérias jornalísticas apresentadas em forma de editoriais, crônicas, poesias e cartas de seção foram construídas como forma de tornar público a precariedade da luz elétrica em Campina Grande, seja no espaço público ou no espaço privado.

Por meio das matérias jornalísticas buscou-se construir o medo no imaginário dos campinenses, uma vez que a falta de luz deixava as ruas da cidade e seus domicílios em plena escuridão. Os jornais procuraram convencer os seus leitores que, com a ausência de luz, a sociedade ficava vulnerável à ação de criminosos; impossibilitada em grande medida de aproveitar a noite, como, por exemplo, ir ao cinema, às praças e aos lazeres que as noites campinenses ofereciam. Neste contexto, não podemos nos esquecer do conforto nos domicílios que também eram prejudicados com o oscilar quase que constante de luz.

Duras críticas foram feitas à empresa de luz da cidade. O discurso modernizante teve que pautar as limitações no que se refere à implantação, fornecimento e manutenção deste equipamento moderno na cidade. Na ótica dos letrados, a Empresa de Luz e Força S.A de Campina Grande se tornava a grande vilã que impedia a Rainha da Borborema de seguir os rumos da tão sonhada modernidade. A indiferença da empresa fornecedora de energia elétrica crescia, na medida em que os anos se passavam, e nada de substancial era feito para um satisfatório fornecimento de luz.

Durante nossa pesquisa podemos perceber o esforço atribuído a algumas figuras políticas que se engajaram por melhorias no sistema de iluminação da cidade de Campina Grande. Podemos citar os prefeitos municipais Pereira Diniz (1934-1935), Vergniaud Wanderley (1936-1938; 1940-1942) e Bento Figueiredo (1938-1940), que foram tornados administradores emblemáticos na busca reiterada por firmar contratos com a empresa de luz para um melhor fornecimento. Assim, percebemos as impressões da elite acerca desses gestores: ora são glorificados por atenderem às expectativas de uma iluminação condizente com a cidade, ora duramente criticados por não atenderem aos apelos contra o insatisfatório fornecimento de energia elétrica.

A União dos Comerciantes Retalhistas também se fez presente na querela em torno da energia elétrica na cidade; porta-voz dos comerciantes e da elite, essa instituição lutou pela efetivação de melhorias no sistema de iluminação da cidade. Reflexos disto estão nos comícios, emissão de ofícios e editoriais organizados por essa associação na busca de resultados consistentes em se tratando do “Caso da Luz”.

À medida que nossa pesquisa foi sendo efetivada buscamos encontrar indícios sobre a participação dos populares nesse cenário de modernidade, em especial, sobre a implantação da luz elétrica na cidade, o que se revelou frustrante uma vez que os indícios que remetam à participação popular nesses conflitos são praticamente inexistentes; quando há algum sinal deles, tal sinal é emitido por sujeitos que reivindicam o direito de falar “em nome do povo”.

Os anos se passam e a problemática em torno da precariedade da luz elétrica continuou. As tensões e os conflitos perduraram. A energia elétrica em Campina Grande foi implantada entre altos e baixos: se melhorias eram vistas, em pouco tempo a elite retomava com mais afinco, pois a luz logo se mostrava deficiente e oscilante.

Tudo isto se configurou como traço de uma cidade que desejava ser progressista e, sobretudo, moderna, elemento este que poderia ser visto na adoção de equipamentos modernos. Este projeto modernizante teve que ser postergado, uma vez que foi somente a partir da segunda metade do século XX que uma parcela considerável da população de Campina Grande passou a usufruir de um fornecimento de energia elétrica que foi se compatibilizando com as suas necessidades materiais e simbólicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Periódicos:

Revista Campinense (1920)

O Rebate (1932)- Jornal avulso

A Frente (1934)- Jornais avulsos

A Batalha (1934-35)

Jornal Voz da Borborema (1937- 1939)- edição completa

Livros e Artigos:

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. A velha Paraíba nas páginas dos jornais. João Pessoa: A União, 1999.

ARANHA, Gervácio Batista. Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925) Campinas- SP, Agosto de 2001. Tese de Doutorado.

_____. "Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)". In: A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

_____. Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas Políticas e Econômicas. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

BARBUY, Heloisa. A exposição Universal de 1889 em Paris. Programa de pós-graduação em História Social da USP. Edições Loyola. São Paulo, 1999

BÉGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto". In: Espaço e Debate-Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº 34. São Paulo: ano XI, 1991.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire Um lírico no auge do capitalismo. Tradução José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. 1º Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989. Obras escolhidas, v.3.

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 69-87(A observação histórica).

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: Historiografia Brasileira em perspectiva. Marcos Cezar de Freitas (org.) Editora Contexto: São Paulo, 1997.

_____. O literato, o cronista e o urbanista. Imagens de São Paulo nos anos 1910-1920. In: Escrita, Linguagem, objetos: leituras de história cultural. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) Bauru, SP : EDUSC, 2004.

CABRAL FILHO, Severino. A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950) Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Doutorado em Sociologia, 2007.

_____. A cidade desejada: Campina Grande, imagens e história. In: Antonio Clarindo B. Souza; Eugênis M. Dantas; Iranilson B. de Oliveira; Joel C. S. Andrade. (Org.). Cultura e Cidades. 1ª ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2009, v, p. 40-54.

CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. 2ªed. Campina Grande: Caravelas, 1998.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

- DELUMEAU, Jean. A história do medo no ocidente 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GUERREIRO, António. Exposições Universais Paris 1900. Edição: Expo Lisboa 98. Lisboa, 1995.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- LE GOFF, Jacques. A História Nova. [Tradução Eduardo Brandão]. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- LORENZO, Helena C. e COSTA, Wilma P. (org.) *A Década de 20 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- LUCA, Regina Tânia. *Fontes Impressas História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MAIA, Doralice Sátyro ; Gutierrez, Henrique ; SOARES, M. S. M. . A iluminação pública da Cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. *Fênix (UFU. Online)*, v. 6, p. 1-14, 2009.
- MARIANO, S. R. C. Cenários da Cidade: o cotidiano de Princesa (PB) na década de 1920. In: Regina Célia Gonçalves; Monique Cittadino. (Org.). *Historiografia em Diversidades: Ensaios de História e Ensino de História*. Campina Grande: EDUFCG, 2008, v. 01, p. 207-226.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R.. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. *Do Azeite de Mamona à Eletricidade Anotações para uma História da Energia Elétrica na Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: Editora Rivaisa, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: I Journée d'Histoire des sensibilités*, EHESS, 04/03/2004.

RAMINELLI, Ronaldo. História Urbana. In: *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

ROCHA, Amaral Silva de Sousa. "A Sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da belle époque" (pp.51-80). In: *Revista de História Regional*, nº 2. Ponta Grossa: Imprensa Universitária da UEPG, 1997.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais Nascimento do consumo nos séculos XVIII - XIX. Rocco: Rio de Janeiro, 2000.

RONCAYOLO, Marcel. "Transfigurações noturnas da cidade: O império das luzes artificiais" (pp.97-101). Tradução de Eveline Bouteiller Kavakama. In *Projeto História*. 1999.

SENNET, Richard. Individualismo Urbano. In: *Carne e pedra*. Tradução de Marcos Aarão Reis. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. pp. 260-285.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo, Cia. Das Letras, 1988 (pp. 513-619).

SILVA FILHO, Osmar Luiz. Imagens das cidades; oralidade, memória e história. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora: UFJF, v.2, nº 1, jan./jun.1998.p. 51-68.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. "Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em crônicas." In: *A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Idéia, 2003.

_____. "Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)" (pp. 61-92). In: Revista Brasileira de História, vol.23, nº 46. São Paulo: ANPUH, 2003.

_____. Cartografias da cidade: Campina Grande- 1920-1945. Universidade Estadual de Campinas, 2001. Doutorado em História.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural In: Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.